

“Traços sociais, econômicos, demográficos e territoriais da população de ambulantes que praticam o comércio informal no Centro Histórico de Belém”

Ms Economia - José Stênio Gonzaga de Sousa

Economista - Sandra Lúcia Santos de Souza

Auxiliar de Pesquisa - Maria de Nazaré Ribeiro Santos

Auxiliar de Pesquisa - Luis Guilherme Rocha da Luz

Participação Especial: Economista Vando Vidal de Oliveira Rego

Estagiários do Curso de Ciências Econômicas da UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

Belém – Pará – Brasil

Outubro - 2007

Abstract

O texto trata da investigação sobre a economia informal na Capital da Amazônia, mais precisamente sobre os traços sociais, econômicos, demográficos e territoriais dos atores sociais que atuam como agentes econômicos nas atividades de comércio em vias públicas, assim como sobre os indivíduos sociais que trabalham nas feiras livres e mercados municipais. A expectativa é de construção do retrato socioeconômico da população que está excluída do mercado formal de trabalho, mas que de alguma forma conseguem acessar ao conjunto dos meios materiais para a sua subsistência e reprodução familiar.

Palavras Chaves: economia informal, mercado formal de trabalho, feirantes, ambulantes

AGRADECIMENTOS

O trabalho é um marco histórico no processo de construção de estratégias de ação e seleção de instrumentos de políticas públicas no sentido da intervenção do poder público na ordenação, sistematização e revitalização do centro histórico de Belém.

Nesta direção é que registramos nossos agradecimentos a atuação do caro amigo Vando Vidal de Oliveira Rego, servidor municipal lotado na Secretaria Municipal de Economia, hoje atuando no setor de planejamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia – SEDCT/Pa.

Não seria justo esquecer-se do esforço de Fábio Ozório Bentes dado que teve papel fundamental na articulação dos recursos junto à antiga Secretaria de Estado de Indústria e Comércio – SEICOM/Pa.

Importante, ainda, o registro relativo à compreensão e sensibilidade do Dr. Tito Cardoso de Oliveira Neto, titular da Secretaria Municipal de Economia, por entender que sem pesquisa fica impossível a produção de informações enquanto condição antecedente para a efetividade do planejamento.

E por fim louvar a sensibilidade do gestor público municipal por valorizar a iniciativa do Núcleo Setorial de Planejamento de defender a tese de que a realização de pesquisas sistemáticas sobre a realidade sócio-econômica do município é uma condição imperativa para a construção dos caminhos cujo produto final seja o desenvolvimento da Metrópole da Amazônia pela via da inclusão produtiva.

“Traços sociais, econômicos, demográficos e territoriais da população de ambulantes que praticam o comércio informal no Centro Histórico de Belém”

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

01 – INTROÍTO	02
02 – DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	05
03 – DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	07
04 – DA JUSTIFICATIVA DE REALIZADO DO ESTUDO	09
05 – DOS OBJETIVOS DA PESQUISA	16
5.01 – Geral	16
5.02 – Específicos	16
06 – DOS INDICADORES ANALÍTICOS	17
07 – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
BIBLIOGRAFIA	

Belém – Pará – Brasil

2007

APRESENTAÇÃO

A Metrópole da Amazônia, historicamente, se impôs como o portal de entrada da região e neste sentido se tornou uma referência para os que enxergam a Amazônia como uma opção na busca dos meios materiais para a subsistência e reprodução familiar.

A população residente no município, nos últimos dez anos, cresceu demasiadamente e o impacto da explosão demográfica tem visibilidade na economia informal, mais particularmente, no comércio informal praticado nas vias e logradouros públicos do Centro Histórico de Belém.

O crescimento da população de indivíduos sociais ocupando as principais vias e logradouros públicos de Belém pela via do comércio informal nem sempre é visto pelo poder público municipal como um fenômeno econômico e social que deve ser tratado como expressão de uma dívida social construída ao longo das duas últimas décadas.

Por outro lado, o poder público municipal deve compreender que a explosão do comércio informal dar visibilidade ao desequilíbrio entre os traços da arquitetura da cidade e os traços desarmônicos dos equipamentos usados pelos camelôs – ambulantes - enquanto um processo de favelização na ocupação das vias públicas da Metrópole da Amazônia, precisamente porque não encontra opções de acesso ao mercado formal de trabalho.

Neste sentido, a sensibilidade e a responsabilidade social do Gestor Municipal deve se manifestar e compreender que a explosão do comércio informal nas vias públicas é ao mesmo tempo o registro dramático da explosão do fenômeno exclusão social e que, em última instância, se manifesta como:

A – Uma dívida social pela insuficiência de políticas públicas no sentido da promoção da equidade social;

B – Uma oportunidade concreta aos que não integram a contabilidade social do país, evitando que parcela significativa da população – jovens e adultos – não faça a escolha pela marginalidade;

C – Como possibilidade concreta pela prática de sonegação fiscal que irá impactar, negativamente, o orçamento público do município, base de sustentação do Plano Plurianual – PPA previsto no artigo 165 da Constituição Federal, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas na gestão do município ao longo de um período de quatro anos;

D – Como alternativa real, pela via da informalidade, de possibilitar a inclusão social na direção do resgate da dívida social, fruto de um modelo econômico que submetido à lógica do mercado perde de vista o desenvolvimento social; e finalmente

E – Uma agressão aos direitos trabalhistas daqueles que foram “empurrados” para a informalidade pela necessidade de garantir o acesso aos meios materiais para a subsistência e reprodução familiar;

Neste contexto se justifica e explica a iniciativa da Secretaria Municipal de Economia de patrocinar a realização de uma pesquisa sobre os traços sociais, econômicos, demográficos e territoriais de camelôs/ambulantes, dada a necessidade de mapeamento desses atores sociais que praticam o comércio nas vias públicas da Cidade das Mangueiras.

Por outro lado, mais do que o mapeamento desses atores sociais, a pesquisa é a efetiva possibilidade de construção de uma base de dados para o desenho e construção de um banco de indicadores analíticos que revelem a dimensão social, econômica, territorial, demográfica e cultural da população de indivíduos sociais que optaram ou foram “obrigados” a praticar o comércio informal nas vias públicas da Metrópole da Amazônia.

Enfim, o conhecimento da realidade – indicadores analíticos – possibilita a construção de uma agenda de políticas públicas municipais, de forma a otimizar o processo de tomada de decisão do Gestor Municipal em relação a definição de estratégias e ações concretas para a intervenção do Poder Público não seja somente a revitalização do Centro Histórico de Belém, cartão postal da Metrópole da Amazônia, mas que reflita a necessidade de enxergar o problema como um fenômeno social que exige resposta do Estado.

01 – INTROÍTO

O município de Belém, capital do Estado do Pará, historicamente é considerado o portal de entrada para a Amazônia, condição extremamente especial, que faz da Metrópole da Amazônia uma cidade que atrai parcela significativa da população de migrantes oriundas dos diversos estados brasileiros, pela expectativa de melhores oportunidades de trabalho e renda.

No ano de 2006, considerando a “Contagem Populacional” – metodologia usada pelo IBGE – a população do município já alcança o número de 1.405.871 (um milhão, quatrocentos e cinco mil e oitocentos e setenta e um) pessoas residentes em Belém, e naturalmente como toda grande metrópole já sinaliza para problemas – os mais diversos – que naturalmente seriam mais comuns nas grandes metrópoles brasileiras, sobretudo a explosão da população que busca e/ou é empurrada para o setor informal, pela necessidade de adquirir os meios materiais para a sua subsistência e reprodução familiar.

Na Metrópole da Amazônia, a pesquisa de campo demonstra que a realidade da economia informal está espalhada pela sua área urbana, mas tem maior visibilidade no espaço que corresponde ao Centro Histórico, precisamente porque é lá que, historicamente, se registra um movimento intenso de pessoas em direção aos estabelecimentos comerciais instalados no Centro Comercial.

Um fato relevante identificado na pesquisa é o registro recente de criação e formação de centros comerciais – fato que vem ocorrendo na última década – nos bairros da periferia da cidade, mais precisamente na direção das áreas de sub-centros pontuados pelo forte crescimento populacional.

Nestes centros habitacionais, a expansão demográfica contribuiu para o aparecimento de um número extremamente elevado de estabelecimentos comerciais voltados para o atendimento da demanda de bens e serviços de consumo da população residente, condição objetiva e favorável ao surgimento de um contingente de indivíduos sociais que optam e/ou são induzidas à prática de atividades econômicas informais, mais precisamente

o comércio informal nas vias, logradouros e praças públicas nesses sub-centros residenciais.

Por outro lado, a Cidade das Mangueiras tem sua história marcada pela força cultural e econômica das feiras livres e mercados municipais, elementos fundamentais na origem do município e que são exemplos historicamente da forte presença do trabalho informal no território.

No ano de 2007 a Secretaria Municipal de Economia já contabiliza, em seu banco de dados, o total de 42 (quarenta e duas) feiras livres – equipamentos fixos - e 12 (doze) mercados municipais, que por si mesmo representa o registro de um número significativo de indivíduos sociais que atuam na economia informal do município.

Os dois fatos são valiosos, porque se constituem fatores determinantes no que diz respeito ao fortalecimento e explosão da prática do comércio informal nas vias, logradouros e praças públicas da Metrópole da Amazônia.

Os indicadores revelam que floresce de forma progressiva a presença dos mais variados tipos de equipamentos de abastecimento para a venda de água, refrigerantes, comidas típicas, refeições em geral, frutas, churrasquinhos, choco, bombons, queijos, doces no grupo de alimentos, assim como a comercialização de produtos importados, de material escolar, cigarros, confecções, consertos de relógios, consertos de sapatos, fabricação de chaves, óculos, livros, discos usados, cd-dvd, artesanato, bijuterias e outros produtos.

Em alguns casos a disposição das barracas nas vias e calçadas, em fila dupla, transforma-se em extensos e estreitos “corredores”, caminhos naturais para o ir e vir dos transeuntes, reduzindo as possibilidades de uso e acesso do espaço público.

Esse é o cenário perfeito para a explosão e fortalecimento da **"compra e venda por impulso"**, traço cultural característico do comércio informal em vias públicas. E esta estratégia é adotada, com maestria, pelos camelôs/ambulantes, de tal modo que o transeunte é conduzido natural e estrategicamente para um ambiente que potencializa a

propensão a gastar, uma vez que o “*corredor*” formado pelos equipamentos – nas vias públicas – é sua única possibilidade de acesso e circulação nas vias e logradouros do Centro Comercial da Cidade.

Por trás desses equipamentos estão trabalhadores com motivações diversas. São famílias, homens e mulheres, adolescentes, jovens, adultos e idosos, empregados, desempregados, desalentados, por opção e/ou sem opção no mercado de trabalho formal, e que na maioria das vezes possuem baixo grau de escolaridade, ou então são oriundos dos mais diversos municípios do interior do Estado e de outros estados brasileiros.

A “Capital da Amazônia”, historicamente pela proximidade, tem sido o portal de entrada, em especial, para nordestinos oriundos de cidades do Maranhão, Piauí e do Ceará.

Nos últimos anos houve um aumento substancial da ocupação dos espaços públicos por parte dessas atividades, fato que vem contribuindo para a intensificação dos conflitos entre ambulantes e lojistas, proprietários de estabelecimentos comerciais no Centro Histórico de Belém.

A literatura, historicamente, vem revelando que as causas dessa problemática estão relacionadas – de um modo geral - à estagnação da economia nacional, mas em especial, porque a dinâmica de desenvolvimento da região assentada na implementação de grandes projetos vem transformando Belém, inclusive a Região Metropolitana como um todo, em polo de atração para migrantes oriundos de cidades de todas as regiões do país.

Isto posto, a pesquisa se revela uma fonte valiosa de informações no sentido da construção de indicadores analíticos – social, econômico, demográfico, territorial – para se traçar um desenho socioeconômico da população que, historicamente, está excluída da contabilidade social do país e que naturalmente fortalece a explosão da economia informal local pela incapacidade do mercado formal de atender as demandas de trabalho e renda.

O estudo, neste sentido, representa iniciativa única da gestão municipal no sentido do manuseio e uso de instrumentos de políticas públicas a partir do conhecimento pleno da

realidade local, pondo no lixo o caminho do “*achismo, e do olhometro*” – comum - no processo de construir um cenário de possibilidades/oportunidades na expectativa de que os empreendedores informais sejam incluídos na contabilidade social do país.

02 – DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.01 – Das Organizações Envolvidas na Pesquisa

2.01.01 – Ministério Público do Pará;

2.01.02 – Secretaria Executiva de Indústria e Comércio – SEICOM;

2.01.03 – Secretaria Municipal de Economia – SECON; e

2.01.04 – Universidade da Amazônia – UNAMA.

2.02 – Do método de realização da investigação

2.02.01 – A pesquisa foi realizada com foco no universo da população de ambulantes – camelôs – que praticam atividades econômicas informais no Centro Histórico de Belém;

2.02.02 – O público alvo da investigação corresponde aos indivíduos sociais que atuam como ambulantes, e em especial, que de forma sistemática estão atuando nas vias, logradouros e praças públicas;

2.02.03 – Considerando que não se tem conhecimento, em Belém, de levantamentos sistemáticos de informações sobre esse universo de atores sociais, se fez a opção de realizar o mapeamento e contagem direta das áreas geográficas, dentro de Belém, onde sistematicamente se registra a prática de comércio informal;

2.02.04 – O trabalho de campo foi planejado, inicialmente, pela coleta de informações a partir da Presidente Vargas, assim como em suas transversais, caminhando na direção do Ver-o-Peso, chegando aos arredores da Cidade Velha, e finalizando o trabalho nos limites da Praça Batista Campos;

2.02.05 – A coleta de informações foi pensada e realizada com a aplicação de um formulário no qual se registra dados pessoais/individuais, sobre escolaridade, a família, o trabalho e o grau de satisfação dos ambulantes. O formulário foi elaborado considerando a experiência do Sistema Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa – SEBRAE na

cidade de Manaus, que fez pesquisa semelhante, e se constituiu de questões abertas e fechadas;

2.02.06 – A coleta de informações foi realizada por 25 (vinte e cinco) alunos selecionados na UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, no período de 20 dias úteis, e cabendo a cada auxiliar de campo, a obrigatoriedade de entrevistar, em média, 6 (seis) pessoas por dia;

2.02.07 – A realização da pesquisa foi viabilizada, financeiramente pelos Convênios:

2.02.07.01 – entre a Secretaria Municipal de Economia – SECON e a Secretaria Executiva de Indústria e Comércio – SEICOM;

2.02.07.02 – entre a Secretaria Municipal de Economia – SECON e a Universidade da Amazônia – UNAMA; e

2.02.07.03 – entre a Secretaria Municipal de Economia e a Associação dos Ambulantes de Belém.

2.02.08 – A base de apoio para gestão e controle da pesquisa de campo ficou centralizada na sede da Associação dos Ambulantes, localizada na Avenida Santo Antônio, no Centro Comercial de Belém;

2.02.09 – As equipes de coletadores de informações, no trabalho de campo, estavam acompanhadas, necessariamente, por um servidor lotado no Departamento de Comércio e Publicidade em Vias públicas da Secretaria Municipal de Economia-SECON/PMB e um representante dos ambulantes cadastrado no Sindicato e/ou na Associação de ambulantes do Centro Comercial de Belém;

2.02.10 – A equipe técnica do Núcleo Setorial de Planejamento - NUSP da Secretaria Municipal de Economia ficou com a coordenação de coleta, sistematização, digitação e armazenamento dos dados, assim como responsável pela seleção, definição e análise dos cruzamentos de variáveis;

2.02.11 – A coleta de dados foi realizada a partir de cada uma das vias, logradouros e praças públicas identificadas no Centro Histórico, tal que as entrevistas foram realizadas com empreendedores informais com equipamentos em todos os pontos dos locais eleitos;

2.02.12 – A coleta de dados foi iniciada após uma pesquisa observacional em todas as vias – registros fotográficos – pela necessidade de identificar os locais com a presença de atores sociais praticando o comércio informal no Centro Histórico de Belém;

2.02.13 – A coleta de dados foi realizada através de entrevistas com ambulantes que praticam o comércio informal nos turnos da manhã, tarde e noite;

2.02.14 – A coleta de dados foi realizada em visita a cada equipamento instalado nas vias e logradouros públicos do Centro Histórico e somente entrevistando quem se apresentava como proprietário do equipamento;

2.02.15 – Se no momento da visita ao local onde está instalado o equipamento não estiver presente o proprietário do mesmo, o auxiliar de campo agenda novo dia para a realização da entrevista; e finalmente

2.02.16 – As questões que integram o formulário de campo foram elaboradas considerando a perspectiva da economia informal urbana.

03 – DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.01 - Delimitação Conceitual

A natureza complexa do setor informal torna o seu **conceito** motivo de grandes controvérsias técnica e acadêmica. Para simplificar essa delimitação faz-se referência aqui a três formas básicas e distintas de enxergar e compreender o trabalhador informal.

A primeira utiliza o critério da **legalidade**¹, que se entende como um conjunto de atividades econômicas "**não registradas**" e "**não declaradas ao Estado**", porém socialmente aceitas, em especial, porque parcela significativa da população não consegue abrir as portas do mercado de trabalho onde atuam as unidades produtivas consideradas oficiais. A esse conceito está vinculada à percepção de "**economia subterrânea**" e nesta perspectiva aparece em segundo plano à importância de elementos determinantes como o desenvolvimento da tecnologia local, o tamanho das unidades produtivas, o número de pessoas envolvidas e a interação da mesma com os mercados.

Em Belém² a "**ilegalidade**" e a conseqüente ausência de geração de receitas públicas constituem-se na base da argumentação de alguns opositores da presença do comércio em passarelas, vias e logradouros públicos, em especial porque a tese sustentada é de que a

¹ De Soto, 1987.

² O comércio ambulante em Belém é disciplinado pelo Código de Postura (Lei Municipal nº 7.055 de 30/12/1977), pelo Decreto nº 26.578 de 20/05/1994 e pela Lei nº 7.862 de 30/12/1997.

explosão da economia informal significa uma sangria para a receita fiscal no orçamento público do município.

A segunda linha de raciocínio trabalha com o critério da "**forma de organização da produção**³", onde o setor informal é considerado como o conjunto de unidades de produção não tipicamente capitalistas, ainda que presentes no interior do capitalismo e, indiretamente subordinada à lógica do capital. Há aqui reduzida ou nenhuma separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção, dado que o proprietário do equipamento trabalha diretamente na produção com ajuda freqüente de familiares. Portanto, o trabalho assalariado não constitui a base do funcionamento dessas unidades.

Importante, o registro de que para esses atores sociais, a taxa de lucro também não é sua perspectiva principal, mas sim, a garantia dos meios materiais para a subsistência e produção da família pela via da apropriação do rendimento total, enquanto "**dono ou proprietário**" do negócio informal.

A terceira linha de compreensão da explosão da população de trabalhadores informais revela que o fenômeno não é linearmente produto da conjuntura econômica, porque, em última instância, é uma manifestação da lógica de desenvolvimento da sociedade capitalista, seja porque:

A – A humanização da natureza, processo de transformar a natureza em coisas úteis ao homem, isto é, gerar meios materiais – riqueza econômica – para o consumo necessário pessoal e para o consumo necessário produtivo, se faz sob o signo de tecnologias intensivas de capital, opção que não favorece a demanda de força-de-trabalho;

B – O processo de criar e multiplicar a riqueza econômica, com o desenvolvimento das forças produtivas, historicamente, caminha na direção da concentração do capital, subtraindo as oportunidades dos pequenos produtores;

C – A lógica da acumulação do capital gera uma desigualdade social no processo de apropriação e distribuição da riqueza econômica.

³Tokman, 1987 e Cacciomali, 1983, 1989, 1991. "*Maneira de produzir caracterizada por: facilidade de entrada; dependência a recursos nativos; propriedade familiar do empreendimento; pequena escala de operações; intensidade de trabalho e tecnologia adaptada; qualificações (no trabalho) adquiridas fora do sistema escolar formal e mercados não regulados e concorrenciais*" (Cacciomali, 1983).

A partir destas considerações e observando a amplitude conceitual⁴ do que se entende por economia informal, é importante enfatizar que a investigação tem o olhar para os atores sociais que sistematicamente vivenciam atividades econômicas que no dia a dia estão presentes ao longo das vias, passeios, logradouros e praças públicas do município de Belém, mais precisamente na área que corresponde ao Centro Histórico da cidade. Esse universo, certamente, deve ser bem menor que o da estimativa do DIEESE-Pa, algo em torno de 360.000 (trezentos e sessenta mil) trabalhadores informais, em toda a Região Metropolitana de Belém - RMB no ano de 2005.

O número estimado surpreende considerando-se que em dezembro de 1997, já se falava em cerca de 205.000 (duzentos e cinco mil)⁵ trabalhadores, uma expansão equivalente a 75,0% no período.

Por outro lado, a área escolhida – Centro Histórico de Belém - é significativa, precisamente porque corresponde ao espaço geográfico, na Capital da Amazônia, com a maior incidência de atores sociais praticando atividades econômicas informais conforme sinaliza a pesquisa observacional realizada antes da aplicação dos questionários.

04 – DA JUSTIFICATIVA DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO

Em Belém, a ocupação do espaço público para desenvolver atividades econômicas gera conflitos em diferentes frentes de interesses de grupos sociais:

a) - Os comerciantes (lojistas, formais) – que naturalmente jogam a culpa sobre os camelôs (ambulantes) pela queda nas vendas e fechamento de lojas em função de uma “**concorrência desleal**”, já que os mesmos não recolhem os tributos, podendo, dessa

⁴Tokman, 1987 e Cacciamali, 1983, 1989, 1991. “*Maneira de produzir caracterizada por: facilidade de entrada; dependência a recursos nativos; propriedade familiar do empreendimento; pequena escala de operações; intensidade de trabalho e tecnologia adaptada; qualificações (no trabalho) adquiridas fora do sistema escolar formal e mercados não regulados e concorrenciais*” (Cacciamali, 1983).

⁵Tokman, 1987 e Cacciamali, 1983, 1989, 1991. “*Maneira de produzir caracterizada por: facilidade de entrada; dependência a recursos nativos; propriedade familiar do empreendimento; pequena escala de operações; intensidade de trabalho e tecnologia adaptada; qualificações (no trabalho) adquiridas fora do sistema escolar formal e mercados não regulados e concorrenciais*” (Cacciamali, 1983).

forma oferecer produtos mais baratos à população, além disso, apontam para a insuficiência de higiene e segurança nos locais de trabalho⁶, dificuldades na hora da carga e descarga de mercadorias, assim como a degradação paisagística do local;

b) - A população em geral, especialmente os pedestres - que reivindicam a cesso aos passeios, vias e praças considerando que a lei lhe garante o direito de ir e vir conforme registro no código de postura do município;

c) - Os condutores de veículos – consideram que já é reduzido espaço nas vias para as manobras em pontos das principais vias, impondo custos de deslocamento, condição que termina por provocar a perda de passageiros que se deslocam para o centro comercial;

d) - Os moradores do centro – pela dificuldade de acesso às moradias e pela insegurança instalada, dado que a aglomeração de pessoas, em última instância favorece a pratica de determinados crimes, assim como desvaloriza o imóvel onde residem;

e) – As entidades classistas que entendem e defendem a tese de que o “*Centro Histórico*” deve estar sempre belo e acessível para as atividades culturais e turísticas, porque historicamente, sempre foi visto como um cartão postal da cidade, e, portanto, mais afeito ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo regional;

f) - O poder público municipal – por ser responsável pela aplicação dos dispositivos legais que regulamentam as atividades quanto ao licenciamento, a disposição espacial, o horário de funcionamento, a saúde pública, já dá sinais de angústia diante da dificuldade de controle da explosão populacional de ambulantes nas vias, nos logradouros e praças públicas;

g) - As empresas fornecedoras de água e energia elétrica – que não escondem sua insatisfação, considerando a precariedade das receitas pelos serviços demandados em condições desfavoráveis em relação à infra-estrutura dos equipamentos nas vias da cidade, assim como pelos riscos das tradicionais ligações clandestinas nos postes instalados no centro comercial;

h) - Os próprios camelôs (ambulantes) – dado que disputam entre si os “pontos” mais bem localizados e a priori mais rentáveis, particularmente em períodos festivos quando é maior o fluxo de pessoas circulando pelas vias públicas;

⁶ Sena, 2002

i)– E por fim, a situação particular de alguns ambulantes que se consideram “**donos**” de mais um ponto na via pública, e que terminam por contratar trabalhadores – sem carteira assinada – para a manutenção da posse do espaço onde se localiza o tal ponto.

Não perder de vista o discurso de que a explosão das atividades econômicas informais nas vias públicas é fruto de uma conjuntura econômica desfavorável, no âmbito nacional e internacional. Ainda que seja, socialmente, uma prática que atua como um “**colchão**” que alivia a tensão social do desemprego, não deve ser visto só como um problema de natureza conjuntural, porque o mercado forma de trabalho não gera oportunidades de trabalho e renda para todos que procuram emprego. Então é verdadeira a assertiva de que seja um fenômeno de natureza estrutural, pelo desenvolvimento das forças produtivas sob o signo de tecnologias intensivas de capital.

Por outro lado, o crescimento da informalidade impacta negativamente o orçamento municipal, ampliando os gastos com limpeza e recuperação das vias públicas, calçadas, praças e redes de drenagem, sem nenhuma contrapartida positiva na arrecadação do município, e mais dramático, subtraindo recursos orçamentários que deveriam ser direcionados ao atendimento de outras demandas sociais.

Importante o registro de que a obrigatoriedade de limpeza e recuperação das vias, logradouros e praças públicas, inclusive, impõem a necessidade de ampliação do quadro de servidores para as funções de fiscalização, ordenação e controle do processo de ocupação dos espaços públicos na Metrópole da Amazônia.

Mais recentemente, esses “**conflitos**” entre os diversos grupos de interesses, vem ocupando a atenção da imprensa, porque gera caos na ocupação do espaço geográfico na cidade, ampliando a demanda de ações junto ao poder público local. Na outra ponta do problema, o Ministério Público, na cobrança do que diz o “**Código de Postura do Município**”, não esconde o desejo de ações concretas do poder público municipal no sentido da solução do caos gerado pela ocupação irregular do espaço público.

Mas, por outro lado, o poder público municipal não sabe o que fazer com a população de desempregados que encontram no comércio informal a única alternativa de sobrevivência da família e que encontra na informalidade a possibilidade de sustento familiar.

Entretanto, apesar da pressão freqüente de diversos segmentos para a "**desobstrução**" das vias com as mais diversas e variadas propostas de solução para o caos, e elas são cada vez mais numerosas, há "**uma tolerância subliminar da população**" por entender que o momento histórico está pontuado pela insuficiência de oportunidades no mercado formal de trabalho, além do fato de que também se beneficia, como consumidor, dos produtos que são ofertados a preços bem mais competitivos do que os praticados pelos lojistas do Centro Comercial de Belém, e por isso, a insatisfação desse segmento social.

Na área do Centro Comercial verificou-se in loco que a partir dos depoimentos desse universo de atores sociais, e em particular, de dirigentes de associações de ambulantes, sindicatos de trabalhadores informais, dá para inferir uma certa preocupação com a queda dos rendimentos pessoais, porque cresce geometricamente o número de pessoas que buscam no espaço público, do Centro Histórico de Belém, a oportunidade de garantir o sustento da família pela prática do comércio informal.

A realidade da explosão demográfica de ambulantes no comércio informal, é de que essa alternativa de trabalho e renda não seja uma particularidade da Metrópole da Amazônia, segundo a "**Pesquisa de economia informal**" realizada pelo IBGE, no ano de 1997.

A literatura disponível sinaliza uma série de razões, mas no geral, parece que todos focam a dinâmica do mercado de trabalho dada a relação de submissão do processo de criação e multiplicação da riqueza ao desenvolvimento das forças produtivas onde a tecnologia intensiva de capital é o seu diferencial de competitividade.

De certa forma, até os anos 80 se considera que o setor informal do mercado de trabalho funcionou como "**colchão amortecedor**" da insuficiência de oportunidades de emprego e renda no mercado formal, considerando que recebeu – naturalmente - o excedente de trabalhadores que o referido setor não era capaz de absorver.

A partir da década de 90, com a introdução de novas regras no mercado de trabalho e a inserção de novas tecnologias em produtos e processos de produção - decorrente da reestruturação produtiva - o setor informal explodiu e se revelou opção impar para uma parcela significativa da população de trabalhadores que se dirigiam, em especial, para os grandes centros urbanos do país.

A magnitude do problema, historicamente, vem exigindo ações mais objetivas e imediatas do poder público municipal, pela necessidade urgente de construção de caminhos novos, particularmente porque com o desenvolvimento das forças produtivas, os cenários não são nada favoráveis no que diz respeito a geração de oportunidades de trabalho e renda, ao mesmo tempo em que a população parece se manter crescendo a taxas geométricas.

No geral, a literatura tem demonstrado que as soluções construídas, historicamente têm mantido os traços clássicos da ortodoxia, precisamente porque o poder público parece enxergar que a saída é a criação, ampliação e modernização da infra-estrutura do tipo camelódromo, shopping popular, feira de empreendedores, galerias comerciais, condomínios e outros, ainda que parcela significativa de ambulantes não disponham de condições objetivas para cobertura do custo do aluguel desses espaços.

Não perder de vista que é difícil imaginar que sempre será possível dispor de recursos no orçamento público – recursos são finitos - para dar esse tipo resposta ao incessante, sistemático e crescente fluxo de pessoas que se dirigem ao setor informal nos grandes centros urbanos.

Os caminhos construídos, na sua quase totalidade, revelam, nas entre linhas, predominância do propósito de formalização das atividades econômicas, assentado no discurso da inclusão social pela via produtiva, mas que, em última instância, o que move a agenda de construção desses caminhos é a possibilidade de ampliação da arrecadação tributária para o município.

Na última década o microcrédito – instâncias federal, estadual e municipal – tem sido o mote do poder público, inclusive sendo considerada como "**ação inovadora**" na escolha dos instrumentos de políticas públicas, dada a pressão do crescimento da economia informal na sociedade capitalista.

Em especial, na Prefeitura Municipal de Belém, o **Fundo Ver-O-Sol** – criado na gestão do partido dos trabalhadores - é um exemplo interessante deste caminho novo, porque foi instituído com o propósito de criar linha de crédito para ambulantes, feirantes, artesãos e produtores de fundo de quintal, precisamente, porque praticam atividades econômicas informais e expropriados de seus direitos trabalhistas.

O **Fundo Ver-o-Sol** em parceria com a Secretaria Municipal de Economia cadastra os agentes econômicos informais, assim como dá orientação e assistência técnica na elaboração de projetos econômicos enquanto requisito para acesso ao crédito disponibilizado pelo fundo.

Contudo, dar para inferir que a tomada de decisões efetivas para a construção desses novos caminhos na gestão da economia informal depende da produção, sistematização e disponibilização de informações seguras e atualizadas sobre a real situação da população que está na informalidade, e por isso mesmo, a importância da pesquisa junto a população de atores sociais que praticam o comércio informal no Centro Histórico de Belém.

Estas informações, naturalmente não estão disponíveis, e é certamente difícil de produzi-las. Neste sentido, quem acessar a Base de Dados do IBGE, órgão de excelência na produção de informações estatísticas, demográficas e territoriais sobre o país, irá descobrir que a pesquisa , mais atual, sobre Economia Informal Urbana e de 1997, além do fato de que os dados não estão desagregados no sentido das especificidades de cada município do país.

Significa dizer que, mesmo o IBGE, não dispõe de uma base de dados capaz de revelar, segundo a unidade geográfica município, quais os traços sociais, econômicos,

demográficos e territoriais da população que escolheu ou foi obrigada a buscar trabalho e renda nas atividades econômicas informais.

As dificuldades, também, resultam do fato de que não é nada fácil se ter visibilidade da extensa rede de atores e organizações que estão por trás do comércio informal, em especial, porque, mesmo atuando como **colchão** que alivia a **tensão social** do desemprego, também não deixa de ser uma porta aberta para a sonegação de tributos. Isto posto, significa que não se deve perder de vista a hipótese da possibilidade de uma relação de correspondência entre a informalidade e a performance da economia formal.

Outro aspecto relevante, para a pesquisa e uma leitura mais consistente da economia informal, é a necessidade de considerar a importância do calendário de datas festivas - carnaval, festa junina, dia das mães, dia das crianças, dia de finados, Círio de Nazaré, Natal e Ano Novo, e outras – qualquer que seja a conjuntura econômica, como oportunidades efetivas de ganhos pessoais por quem sobrevive da economia informal.

Na Metrópole da Amazônia isto não é diferente de outras cidades brasileiras, considerando que eventos como o do Círio de Nazaré sinalizam possibilidade de ganhos para o segmento informal. Estudos do DIEESE, revelam que no período do Círio de Nazaré, a população de romeiros em Belém alcança o número de 1.000.000 (um milhão) pessoas, que naturalmente compram os artefatos ligados ao evento, além da ocupação da rede hoteleira local.

Não perder de vista que neste período, as famílias locais comemoram a data como se fosse o natal do paraense, e como tal, é um momento mágico para a pintura de suas residências, e, em especial dia de se deleitar com o tradicional "**Pato no Círio**" após o encerramento da romaria do Círio de Nazaré.

Nesta data é uma tradição, entre os paraenses, o desejo de feliz "**Feliz Círio**" aos amigos e familiares.

Ainda com o compromisso de realizar uma leitura com maior qualificação sobre a força da economia informal, parece relevante o registro – literatura especializada – de que nos grandes centros urbanos tem sido marcante a criação de sub-centros comerciais em bairros, seja porque vem melhorando a sua infra-estrutura nos bairros, seja porque vem crescendo o número de imóveis residenciais na periferia da cidade.

Na Metrópole da Amazônia ocorre fato semelhante, além do registro histórico e emblemático das **"feiras livres"** e **"mercados municipais"** enquanto marcas da presença da economia informal local desde a gênese da cidade, e que funcionam até hoje como equipamentos fixos – não são feiras livres móveis - na rede abastecimento alimentar da cidade.

A Secretaria Municipal de Economia contabiliza cerca de 42 (quarenta e duas) feiras livres oficiais – fora o número de feiras informais – e 12 (doze) mercados municipais, equipamentos da rede de abastecimento da cidade, envolvendo direta e indiretamente uma população de mais de 8.000 (oito mil) permissionários autorizados pelo poder público. Significa dizer que tudo isso é um incentivo para que no em torno desses espaços – na totalidade dos bairros em Belém – floresçam e fortaleçam a prática de atividades econômicas informais.

Essa realidade, por outro lado, gera dificuldades quase intransponíveis para a fiscalização dos agentes de postura da Secretaria Municipal de Economia, considerando o tamanho da população de permissionários em feiras livres e mercados municipais, e de indivíduos que ocupam os espaços públicos com equipamentos do tipo **"carro de cachorro quente"**, **"comidas típicas"**, **"barraca de venda de água de coco"**, **"barraca de venda de guaraná"**, e uma diversidade de outros equipamentos usados como vitrine dos produtos ofertados pelo comércio informal.

Os raros dados disponíveis revelam que segundo a Secretaria Municipal de Economia, no ano de 1997, já se contabilizava uma população de 1.884 (um mil, oitocentos e oitenta e quatro) ambulantes – licenciados e não licenciados - nas vias, logradouros e praças do tradicional centro comercial.

Nos dias atuais, só no Ver-o-Peso se estima, a partir do banco de cadastros da Secretaria Municipal de Economia, uma população em torno de 1.800(mil e oitocentos) indivíduos sociais praticando o comércio informal.

A pesquisa revela que no Centro Histórico de Belém, essa população de ambulantes está distribuída em mais de 30 (trinta) tipos de atividades comerciais, sendo mais representativas a venda de confecções e de produtos importados.

No centro dessa população de atores sociais, o destaque fica por conta do número de equipamentos do tipo "**barracas de ferro**", "**tabuleiros**" e "**barracas de madeira**", alcançando o patamar de 77,0% do total de equipamentos montados, com ou sem autorização da Secretaria de Economia, nas vias, logradouros e praças públicas do Centro Histórico de Belém.

As vias públicas mais adensadas eram a Av. Presidente Vargas, a Av. Boulevard Castilho França, a Av. Pe. Eutíquio, a Av. 7 de Setembro e a Av. 15 de Novembro⁷, e aqui estimadas em cerca de 79,0% do total de vias ocupadas pela prática de atividades informais.

Porém, esses dados divergiam daqueles fornecidos pelo SINTMIB⁸ para algumas vias do centro, na mesma época, levando em consideração o mesmo universo de ambulantes. Esse é o caso da Av. Presidente Vargas, para onde o Sindicato havia levantado 417 (quatrocentos e dezessete) ambulantes e a SECON contabiliza 558 (quinhentos e cinquenta e oito) indivíduos na prática de atividades econômicas informais, revelando uma

⁷Tokman, 1987 e Cacciamali, 1983, 1989, 1991. "*Maneira de produzir caracterizada por: facilidade de entrada; dependência a recursos nativos; propriedade familiar do empreendimento; pequena escala de operações; intensidade de trabalho e tecnologia adaptada; qualificações (no trabalho) adquiridas fora do sistema escolar formal e mercados não regulados e concorrenciais*" (Cacciamali, 1983).

⁸Tokman, 1987 e Cacciamali, 1983, 1989, 1991. "*Maneira de produzir caracterizada por: facilidade de entrada; dependência a recursos nativos; propriedade familiar do empreendimento; pequena escala de operações; intensidade de trabalho e tecnologia adaptada; qualificações (no trabalho) adquiridas fora do sistema escolar formal e mercados não regulados e concorrenciais*" (Cacciamali, 1983).

diferença significativa de 141 (cento e quarenta e um) ambulantes⁹. Para toda Belém, inclusive Outeiro, Mosqueiro e Icoaraci, o Sindicato revela um registro de 5.690 (cinco mil, seiscentos e noventa) ambulantes/camelôs¹⁰.

Não perder de vista o fato de que só no Ver-o-Peso, a estimativa da Secretaria de Economia é uma população em torno de 1.800(mil e oitocentos) agentes econômicos informais.

Certamente essa realidade em 2006 é bastante diferente do desenho dessa realidade na década passada, fato que impõe uma melhor apropriação das especificidades dessa realidade atual, condição que valoriza a iniciativa de se realizar o presente estudo.

A projeção, a partir da pesquisa observacional no Centro Histórico, é de que hoje no Centro Comercial de Belém, sem levar em conta os permissionários do Complexo Ver-O-Peso, a informalidade no mercado de trabalho seja de 3.000 (três mil) ambulantes.

Diante das dificuldades expostas, é louvável a iniciativa da Secretaria Municipal de Economia, em buscar parcerias com o Ministério Público, a Universidade da Amazônia e a Secretaria Executiva de Indústria e Comércio, no sentido de viabilizar o levantamento de informações sociais, econômicas, demográficas e territoriais sobre a população de trabalhadores que estão no Centro Histórico de Belém, atuando no segmento da economia informal, diante do propósito de criar, organizar e sistematizar uma Base de Dados enquanto insumo crucial para a elaboração de um diagnóstico sobre a realidade da população de indivíduos sociais sustentam a família pela prática de comércio informal.

05 – DOS OBJETIVOS DA PESQUISA

⁹Tokman, 1987 e Cacciamali, 1983, 1989, 1991. “*Maneira de produzir caracterizada por: facilidade de entrada; dependência a recursos nativos; propriedade familiar do empreendimento; pequena escala de operações; intensidade de trabalho e tecnologia adaptada; qualificações (no trabalho) adquiridas fora do sistema escolar formal e mercados não regulados e concorrenciais*” (Cacciamali, 1983).

¹⁰Tokman, 1987 e Cacciamali, 1983, 1989, 1991. “*Maneira de produzir caracterizada por: facilidade de entrada; dependência a recursos nativos; propriedade familiar do empreendimento; pequena escala de operações; intensidade de trabalho e tecnologia adaptada; qualificações (no trabalho) adquiridas fora do sistema escolar formal e mercados não regulados e concorrenciais*” (Cacciamali, 1983).

5.01 – Geral

Realizar estudo no sentido do levantamento e sistematização de informações econômicas, sociais, demográficas, educacionais e outras sobre a população de indivíduos que praticam atividades econômicas informais nas vias, logradouros e praças públicas do Centro Histórico de Belém.

5.02 – Específicos

5.02.01 – Construir e manter atualizado um banco de indicadores analítico sobre os indivíduos que praticam atividades econômicas informais;

5.02.02 – Elaborar diagnóstico da real situação do segmento informal;

5.02.03 – Elaborar o perfil sócio-econômico dos atores sociais que desenvolvem atividades econômicas informais.

06 – DOS INDICADORES ANALÍTICOS

Os dados coletados foram armazenados em um banco de indicadores considerando o conjunto de variáveis eleitas por serem extremamente representativas para a leitura do perfil sócio-econômico da população de ambulantes entrevistados.

No sentido de dar qualidade ao texto analítico das informações obtidas, o método escolhido foi o de realizar cruzamentos das variáveis enquanto caminho para se ter visibilidade das características sociais, econômicas, culturais, demográficas e territoriais da população de ambulantes que atua no Centro Histórico de Belém.

6.01 – Dos Ambulantes Segundo o Estado de Origem

A tabela 001/07 revela uma surpresa, dado que historicamente se afirmava que a população de ambulantes em Belém, na sua maioria deveria ser oriunda de outros Estados, em especial, do Nordeste. A tabela demonstra que do total de entrevistados, cerca de 86,0% são paraenses que nasceram em Belém e no interior do Estado.

Por outro lado, esse indicador revela que as oportunidades de emprego e renda ofertadas pela base econômica local são insuficientes para atender a população que chega ao

mercado de trabalho, talvez porque seja insignificante a força da industrialização na Metrópole da Amazônia.

Considerando que a coleta de dados tem um corte analítico em direção a metodologia de pesquisa censitária, se pode afirmar que o percentual é indicador representativo se considerarmos a população total de ambulantes no município.

Centro Histórico - Tabela 001/07

Ambulantes segundo o estado de origem

Estados	Ambulantes	
	Qte	%
Alagoas	2	0,11
Amazonas	11	0,59
Amapá	4	0,21
Bahia	3	0,16
Ceará	75	4,01
Distrito Federal	2	0,11
Espirito Santo	1	0,05
Maranhão	104	5,56
Minas Gerais	3	0,16
Pará	1.619	86,62
Paraíba	3	0,16
Piauí	18	0,96
Paraná	3	0,16
Rio de Janeiro	3	0,16
Rio Grande do Norte	2	0,11
Rondônia	1	0,05
Sergipe	1	0,05
São Paulo	3	0,16
sd	11	0,59
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Legenda: sd = sem dados

6.02 – Dos Ambulantes segundo sua origem de Belém

A tabela 002/07 dá maior visibilidade sobre o acima afirmado em relação à base econômica local, em especial, no que diz respeito a sua capacidade de criação e multiplicação de emprego e renda para a população residente.

Os dados revelam, neste sentido, que cerca de 56,0% da população de ambulantes no Centro Histórico são oriundos da própria capital, enquanto do interior vem uma população que fica em torno de 30,0% dos entrevistados.

Centro Histórico - Tabela 002/07		
Ambulantes segundo sua origem		
Local de origem	Ambulantes	
	Qte	%
Belém	1.048	56,07
Outros municípios do Pará	570	30,50
Municípios de outros Estados	240	12,84
Outro país	3	0,16
Sem resposta	8	0,43
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico, 2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

6.03 – Dos Ambulantes Segundo o Sexo

A população de ambulantes entrevistada revela na tabela 003/07 a força do sexo masculino, isto é, 1.278 (um mil, duzentos e setenta e oito) homens estão atuando nas vias e logradouros do Centro Histórico de Belém. Ainda que em proporção menor, o percentual de 31,62% de mulheres sinaliza que a mulher está nas ruas da cidade, buscando na economia informal o sustento de sua família. Por outro lado, por trás desse indicador está a possibilidade de que a mulher seja chefe do domicílio.

Centro Histórico - Tabela 003/07		
Ambulantes segundo o sexo		
Sexo do ambulante	Ambulantes	
	Qte	%
Masculino	1.278	68,38
Feminino	591	31,62
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

6.04 – Dos Ambulantes Segundo a Faixa Etária

Os dados coletados no Centro Histórico de Belém são relevantes em relação à idade dos ambulantes, precisamente porque revelam o peso da juventude entre aqueles que estão praticando o comércio informal.

A tabela 004/07 demonstra, neste sentido, que cerca de 28,0% tem idade entre 16 e 30 anos. E mesmo que seja ampliado intervalo da faixa etária, o percentual de 60,09% equivalente a idade entre 16 e 40 anos reforça a tese da juventude entre os ambulantes.

Centro Histórico - Tabela 004/07		
Ambulantes segundo a faixa etária		
Faixa Etária	Ambulantes	
	Qte	%
De 16 até 21 anos	128	6,85
Mais de 21 até 30 anos	402	21,51
Mais de 30 até 40 anos	593	31,73
Mais de 40 até 50 anos	423	22,63
Mais de 50 até 60 anos	219	11,72
Mais de 60 anos	104	5,56
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Os 423 (quatrocentos e vinte e três) ambulantes na faixa etária entre 40 e 50 anos contraria a afirmativa de que seja jovem a população de ambulantes no Centro Histórico, dado que nos dias de hoje a esperança de vida do brasileiro já ultrapassa a casa dos 65 anos.

Na tabela 004/07 a população acima de 50 anos – idade já bem próxima do tempo de aposentadoria – é somente de 17,28% sendo que nesta faixa etária se contabiliza cerca de 12,0% abaixo de 60 anos, portanto ainda dentro do que se define por população em idade ativa. Na realidade somente 5,56% dos ambulantes estão com idade acima de 60 anos, condição que revela sua proximidade do limite da esperança de vida no país.

6.05 – Dos Ambulantes Segundo o Estado Civil

A leitura da população de ambulantes segundo o estado civil é de extrema valia na construção dos instrumentos de política pública, precisamente porque 52,76% - Tabela 005/07 - dos que foram entrevistados são casados e/ou tem um (a) cônjuge. Neste sentido se pode inferir que a busca pela informalidade foi a opção de garantir as condições objetivas para o sustento da família. E mesmo que seja relevante o percentual de 40,0%

dos entrevistados como solteiros seria prudente desagregar esse indicador segundo a faixa etária e sua posição na família, porque mesmo solteiro pode está na condição de chefe do domicílio.

Centro Histórico - Tabela 005/07		
Ambulantes segundo o estado civil		
Estado Civil	Ambulantes	
	Qte	%
Solteiro	749	40,07
Casado	584	31,25
Concubinato	402	21,51
Desquitado	93	4,98
Viúvo	41	2,19
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Legenda: Desquitado equivale ao mesmo conceito de divorciado e de separado

6.06 – Dos Ambulantes Segundo Sua Condição de Moradia

A pesquisa, considerando o rigor da teoria do conhecimento, é valiosa porque possibilita por em segundo plano as teses elaboradas com base no “achometro”, de certa forma corriqueira quando se trata da economia informal. Os dados da tabela 006/07 demonstram que a ocupação informal, mesmo sem possibilitar uma série de direitos constitucionais, permite a parcela significativa dos entrevistados obterem um rendimento capaz de possibilitar a propriedade de um imóvel residencial.

Em nosso estudo de caso, cerca de 67,0% dos ambulantes tem casa própria, indicador relevante, levando-se em consideração os dados sobre o déficit habitacional no Brasil, estudo realizado pela Fundação João Pinheiro, um centro de excelência localizada nas Minas Gerais.

Centro Histórico - Tabela 006/07		
Ambulantes segundo sua condição de moradia		
Condição de Moradia	Ambulantes	
	Qte	%
Própria	1.263	67,58
Alugada	310	16,59
Cedida/emprestada	42	2,25
Mora com parentes	228	12,20
Não tem moradia fixa	1	0,05
Sem resposta	25	1,34
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Nesta perspectiva, se considerarmos que é relevante o percentual da população brasileira com rendimento na faixa de até um salário mínimo, não parece nada desagradável à opção pelo trabalho informal, dado que o assalariado brasileiro com essa faixa de rendimento nem sonha com a casa própria, mesmo porque no país, já faz algum tempo que se deixou de lado a construção de moradias populares. Nesta direção, os dados na tabela acima, demonstram que dos entrevistados somente 16,59% moram de aluguel.

6.07 – Dos Ambulantes Segundo a Escolaridade

A tabela 007/07, ao mesmo tempo em que revela números valiosos em relação à escolaridade, também não esconde a tristeza de se saber que cerca de 44,0% dos entrevistados não concluíram o ensino fundamental.

O percentual assusta porque, em última instância, sinaliza que essa parcela de trabalhadores dificilmente encontraria oportunidade de emprego e renda no mercado de trabalho formal. Talvez o setor de construção civil fosse capaz de recebê-los de braços abertos, para trabalhar como ajudante de pedreiro, com rendimento na faixa de um salário mínimo.

Centro Histórico - Tabela 007/07**Ambulantes segundo a escolaridade**

Escolaridade	Ambulantes	
	Qte	%
Não freqüentou a escola e não sabe ler e escrever	18	0,96
Não freqüentou a escola, sabe ler e escrever	29	1,55
Ensino fundamental incompleto	825	44,14
Ensino fundamental completo	219	11,72
Ensino médio incompleto	335	17,92
Ensino médio completo	410	21,94
Ensino superior incompleto	24	1,28
Ensino superior completo	6	0,32
Pós-graduação incompleta	1	0,05
Pós-graduação completa	1	0,05
Sem resposta	1	0,05
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico, 2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

O lado positivo, na tabela citada, está no registro de que somente 2,51% dos entrevistados não freqüentaram a escola, ainda que assuste o percentual em torno de 56,0% que somente estudou até o ensino fundamental.

A tese da dificuldade de acessar o mercado formal fica reforçada se considerarmos que cerca de 76,0% dos ambulantes entrevistados nem conseguiram concluir o ensino médio.

Esse indicador é relevante para o gestor público, precisamente porque a opção de pensar a inserção desses trabalhadores na economia informal, a priori não deve alcançar resultados significativos, em especial, se considerarmos que o desenvolvimento das forças produtivas elegeu a tecnologia enquanto diferencial de competitividade no processo de criação e multiplicação da riqueza econômica. Nesta direção, a qualidade da mão-de-obra é uma condição irreversível no mercado de trabalho formal.

6.08 – Dos Ambulantes Segundo a Escolaridade e o Sexo

A tabela 008/07 resultou da necessidade de cruzar a escolaridade e o sexo, considerando que não é desprezível a presença da mulher entre os que optaram pelo trabalho informal.

Centro Histórico - Tabela 008/07**Ambulantes segundo escolaridade e sexo**

Escolaridade	Sexo				Total
	M	%	F	%	
Não freqüentou a escola e não sabe ler e escrever	14	1,10	4	0,68	18
Não freqüentou a escola, sabe ler e escrever	22	1,72	7	1,18	29
Ensino fundamental incompleto	584	45,70	241	40,78	825
Ensino fundamental completo	175	13,69	44	7,45	219
Ensino médio incompleto	233	18,23	102	17,26	335
Ensino médio completo	232	18,15	178	30,12	410
Ensino superior incompleto	15	1,17	9	1,52	24
Ensino superior completo	2	0,16	4	0,68	6
Pós-graduação incompleta	0	0,00	1	0,17	1
Pós-graduação completa	0	0,00	1	0,17	1
Sem resposta	1	0,08	0	0,00	1
Total	1.278	100,00	591	100,00	1.869

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico, 2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Os números, na tabela, revelam que é maior o percentual – 2,82% - de mulheres ambulantes que não freqüentaram a escola. Essa relação se mantém entre os que não conseguiram concluir o ensino fundamental.

A proporção fica maior se contarmos a população que não conseguiu nem concluir o ensino médio, considerando que as mulheres correspondem a 80,44% do total da população e os homens alcançaram a marca de 67,0%.

6.09 – Dos Ambulantes Segundo a Escolaridade e a Faixa Etária

Entre os ambulantes que não freqüentaram a escola, é significativo o percentual de pessoas mais idosas, que alcança a marca de 76,6% do total de 47 (quarenta e sete) entrevistados que não estudaram. O percentual equivale à população situada na faixa etária acima de 40 anos.

Ambulantes segundo escolaridade e faixa etária

Escolaridade	Faixa etária (em anos)						Total
	De 16 a 21	Mais de 21 a 30	Mais de 30 a 40	Mais de 40 a 50	Mais de 50 a 60	Mais de 60 anos	
Não freqüentou a escola e não sabe ler e escrever	0	1	2	5	3	7	18
Não freqüentou a escola, sabe ler e escrever	0	4	4	5	8	8	29
Ensino fundamental incompleto	43	153	254	194	119	62	825
Ensino fundamental completo	15	32	79	58	27	8	219
Ensino médio incompleto	47	93	96	68	27	4	335
Ensino médio completo	20	109	152	83	33	13	410
Ensino superior incompleto	3	9	3	7	2	0	24
Ensino superior completo	0	1	3	1	0	1	6
Pós-graduação incompleta	0	0	0	1	0	0	1
Pós-graduação completa	0	0	0	1	0	0	1
Sem resposta	0	0	0	0	0	1	1
Total	128	402	593	423	219	104	1.869

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico, 2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Dos entrevistados que não concluíram o ensino fundamental o percentual de ambulantes mais novos – 54,5% até a idade de 40 anos - supera ao da parcela dos mais idosos, isto é, tem idade acima de 40 anos.

O número deve ser olhado com carinho porque revela uma grande parcela de jovens que não puseram a educação de lado, talvez pela necessidade imperativa de buscar o seu sustento e o de sua família.

A tabela demonstra que é muito elevado o percentual dos ambulantes entrevistados que não conseguiram chegar aos bancos das escolares superiores, alcançando o número de 1.104 (um mil, cento e quatro), que corresponde a 59,07% do total da população de ambulantes que atuam no Centro Histórico de Belém.

Se considera que esse indicador seja capaz de representar a população dos atores sociais que estão na economia informal do município, parece urgente para o poder público encontrar instrumentos de política pública que valorizem a educação enquanto diferencial para quem esteja disposto a enfrentar as adversidades do mercado de trabalho formal, sinalizando no tempo futuro um quadro de expectativas desfavoráveis em relação a oportunidade de emprego e renda.

O caminho, nesta perspectiva, é de que a informalidade fique fortalecida enquanto alternativa de emprego e renda para parcela significativa residente no município.

6.10 – Dos Ambulantes Segundo a Faixa Etária e o Sexo

A tabela 010/07 ilustra e nos permite enxergar que a população de ambulantes não é somente jovem, mas entre os mais jovens a incidência maior é do sexo masculino, alcançado o percentual de 41,79% do total de entrevistados, enquanto as mulheres com idade até 40 anos – população considerada jovem e em idade ativa – é de somente 18,30% dos que estão nas vias e logradouros do Centro Histórico de Belém.

A mesma correlação se mantém entre os ambulantes de faixa etária mais alta, e tendo como destaque o percentual de 13,32% das mulheres na faixa etária acima de 40 anos e que foram encontradas no Centro Histórico.

A tabela 010/07 possibilita uma leitura menos linear e mais aprofundada em relação ao fato de que 60,09% dos entrevistados tenham menos que 40 anos, número bem superior ao da população de ambulantes com mais de 40 anos de idade.

Centro Histórico - Tabela 010/07**Ambulantes segundo a faixa etária e o sexo**

Faixa Etária	Masculino		Feminino		Total
	Qte	%	Qte	%	
De 16 até 21 anos	92	7,20	36	6,09	128
Mais de 21 até 30 anos	290	22,69	112	18,95	402
Mais de 30 até 40 anos	399	31,22	194	32,83	593
Mais de 40 até 50 anos	276	21,60	147	24,87	423
Mais de 50 até 60 anos	139	10,88	80	13,54	219
Mais de 60 anos	82	6,42	22	3,72	104
Total	1.278	100,00	591	100,00	1.869

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

6.11 – Dos Ambulantes Segundo o Estado Civil e a Escolaridade

Os solteiros entre os ambulantes entrevistados que não conseguiram chegar ao ensino fundamental completo alcançam o percentual de 16,43%, enquanto aqueles com alguma relação marital somam 25,95%. Os dois indicadores sinalizam urgência na modelagem dos instrumentos de políticas públicas, em especial, porque o segundo grupo leva desvantagem se o caminho da inserção social for pela via do mercado de trabalho formal, em função da condição de destaque da tecnologia no processo de desenvolvimento das forças produtivas.

Os resultados devem ser considerados preocupantes para o poder público local, na medida em que os casados e/ou aqueles com alguma relação marital – tem um ou uma companheira – levam desvantagens quando o foco dos instrumentos de política pública for a inserção social pela via do mercado de trabalho formal, visto que não é tão difícil enxergar que a capacitação não é suficiente para que o setor informal deixe de ser o colchão amortecedor dos que ficam fora da contabilidade social do país.

Por outro lado, mesmo entre os que conseguiram concluir o ensino médio, o percentual de 10,86% não é um indicador alentador, porque deixa visível nas entre linhas a dificuldade dos mesmos adentrar a um mercado de trabalho – formal – no qual a produtividade é mensurada segundo os princípios da inovação e modernidade tecnológica.

Ambulantes segundo o estado civil

Escolaridade	Estado Civil					Total
	Solteiro	Casado	Concubinato	Desquitado	Viuvo	
Não freqüentou a escola e não sabe ler e escrever	8	4	3	3	0	18
Não freqüentou a escola, sabe ler e escrever	8	12	6	0	3	29
Ensino fundamental incompleto	291	251	209	46	28	825
Ensino fundamental completo	76	80	52	10	1	219
Ensino médio incompleto	167	88	60	17	3	335
Ensino médio completo	187	139	64	14	6	410
Ensino superior incompleto	11	3	8	2	0	24
Ensino superior completo	1	4	0	1	0	6
Pós-graduação incompleta	0	1	0	0	0	1
Pós-graduação completa	0	1	0	0	0	1
Sem resposta	0	1	0	0	0	1
Total	749	584	402	93	41	1.869

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Legenda: Desquitado equivale ao conceito de divorciado ou de separado

6.12 – Dos Ambulantes Segundo a Condição de Chefe da Família

As observações relativas ao conjunto de tabelas que tratam do sexo, do estado civil e da escolaridade se consideradas segundo os dados da tabela 012/07 devem ser objeto de uma leitura com o propósito de enxergar o que está escrito nas entre linhas, precisamente porque 79,51% dos entrevistados são chefes de família. Isto posto, dá para inferir que seja solteiro, ou casado, ou vivendo alguma relação marital, os ambulantes estão na economia informal porque é imperativa a necessidade de garantir – de alguma forma, mesmo informal – os meios para a subsistência e reprodução familiar.

Centro Histórico - Tabela 012/07		
Ambulantes enquanto chefe de família		
Condição de chefe de família	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	1.486	79,51
Não	383	20,49
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico, 2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

De outro modo, se historicamente o mercado de trabalho formal não tem sido capaz de criar e multiplicar oportunidades de emprego e renda, o segmento informal fica de portas abertas para os excluídos da contabilidade social do país.

6.13 – Dos Ambulantes Segundo o Número de Filhos

A tabela 013/07 revela que o levantamento das informações sobre a população de ambulantes que atuam no Centro Histórico de Belém é suficiente para demonstrar que 80,26% dos entrevistados têm pelo menos um filho, registro que não pode ser posto de lado na hora de se desenhar os destinos dos que estão na informalidade, ainda que seja verdadeira a assertiva de que é urgente o ordenamento e remanejando das atividades econômicas informais nas vias, logradouros e praças públicas.

Centro Histórico - Tabela 013/07		
Ambulantes segundo o número de filhos		
Número de filhos	Ambulantes	
	Qte	%
Sem filhos	369	19,74
De um até 2 filhos	829	44,36
Mais de 2 filhos até 4 filhos	471	25,20
Mais de 4 filhos até 6 filhos	138	7,38
Mais de 6 filhos	62	3,32
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico, 2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Isto posto, se os ambulantes em sua maioria são pais de família, não é complicado o intento de afirmar que a opção pelo comércio informal nas vias e logradouros públicos, em última instância, não foi uma escolha entre alternativas ofertadas pelo mercado de trabalho, mas fruto de uma base econômica na qual o setor terciário é responsável por cerca de 80,0% do produto interno bruto local, sendo que neste segmento o governo – federal, estadual e municipal – é o maior responsável pela geração de emprego e renda.

Importante registrar que a geografia do município, historicamente, tem papel relevante no sentido da marginalização da industrialização enquanto possibilidade de diversificação e ampliação da base econômica local, condição positiva no processo de formação do segmento informal na Metrópole da Amazônia.

6.14 – Dos Ambulantes Segundo a Renda Familiar

Os ambulantes entrevistados no Centro Histórico de Belém revelam que é reduzido o percentual daqueles que sobrevivem com rendimentos inferiores a um salário mínimo, considerando que mais de 78,0% deles pertencem a famílias com rendimento superior ao mínimo.

Centro Histórico - Tabela 014/07		
Ambulantes segundo a renda familiar		
Faixas de renda	Ambulantes	
	Qte	%
Até 1 salário mínimo	384	20,55
Mais de 1 até 3 salários mínimos	1334	71,38
Mais de 3 até 6 salários mínimos	129	6,90
Mais de 6 até 9 salários mínimos	10	0,54
Mais de 9 salários mínimos	12	0,64
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico, 2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

O destaque, na tabela 014/07, fica por conta do percentual de 71,38% dos ambulantes com renda familiar entre um e 3 (três) salários mínimos, remuneração ofertada por poucas organizações no mercado de trabalho local.

6.15 – Dos Ambulantes Segundo o Número de Pessoas Morando no Domicílio

Os dados da pesquisa registrados na tabela 015/07 reforçam o papel do segmento informal, considerando que 85,02% dos entrevistados residem em domicílio com pelo menos dois moradores.

Centro Histórico - Tabela 015/07		
Ambulantes segundo o número de pessoas que moram no domicílio		
Número de pessoas	Ambulantes	
	Qte	%
De 1 até 2 moradores	280	14,98
Mais de 2 até 4 moradores	779	41,68
Mais de 4 até 6 moradores	518	27,72
Mais de 6 moradores	292	15,62
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico, 2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Por outro lado, não é pouco representativo o registro de que cerca de 15,0% dos ambulantes residam em domicílios com mais de 6 (seis) moradores.

Nas entre linhas da tabela dá para enxergar que se todos moradores trabalham, explica-se com certa facilidade o percentual elevado com renda familiar entre um e 3 (três) salários mínimos, conforme tabela anterior.

6.16 – Dos Ambulantes Segundo a Carteira de Trabalho Assinada Antes da Informalidade

Na pesquisa os dados coletados deixam visíveis que é extremamente relevante o número de ambulantes que antes de experimentar o trabalho informal tinham carteira de trabalho assinada, portanto cerca de 43,0% dos entrevistados eram assalariados do mercado de trabalho formal.

Por outro lado, o percentual de 56,88% diz que grande número desses ambulantes fez do trabalho informal sua escolha para o sustento pessoal e da família, se considerarmos que é significativo o número deles com alguma relação marital, conforme tabelas anteriores.

Centro Histórico - Tabela 016/07		
Ambulantes segundo o trabalho de carteira assinada antes da informalidade		
Carteira de Trabalho Assinada	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	806	43,12
Não	1.063	56,88
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico, 2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

6.17 – Dos Ambulantes Segundo Sua Ocupação Antes da Informalidade

Na tabela 017/07 os ambulantes, em proporção elevada, tinham alguma relação pessoal com atividades muito próximas do segmento informal, dado que cerca de 13,0% deles já trabalhavam por conta própria.

Os números reforçam a assertiva acima, se levarmos em consideração que mais de 19,0% estavam atuando em atividades consideradas informais, como o caso do trabalho de doméstica, ou de dona de casa, e neste último exemplo o trabalho não é remunerado.

A tabela demonstra ainda que somente 9,26% dos ambulantes entrevistados estavam desempregados antes de integrar o exército de indivíduos que praticam o comércio informal nas vias e logradouros do Centro Histórico de Belém.

Centro Histórico - Tabela 017/07		
Ambulantes segundo sua ocupação antes da informalidade		
Situação de ocupação antes da informalidade	Ambulantes	
	Qte	%
Empregado assalariado do setor público	57	3,05
Empregado assalariado do setor privado	697	37,29
Empregado e ganhava exclusivamente por produção	45	2,41
Trabalho por conta própria	237	12,68
Proprietário de empresa	2	0,11
Empregado (a) doméstico (a)	72	3,85
Dona de casa	49	2,62
Aposentado (a)	2	0,11
Estudante	189	10,11
Vivia de renda	2	0,11
Desempregado	344	18,41
Outra	173	9,26
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Legenda: Desquitado equivale ao conceito de divorciado ou de separado

6.18 – Dos Ambulantes Segundo os Produtos Que Comercializam

Os ambulantes do Centro Histórico estão espalhados pelas vias e logradouros e ofertam uma Cesta de Consumo extremamente diversificada, com destaque para a comercialização de alimentos, representando cerca de 29,0% do total de entrevistados.

O segmento de confecções ocupa posição especial – o segundo no ranking dos produtos comercializados – entre a preferência dos ambulantes, além do fato de que está presente na quase totalidade das vias e logradouros públicos visitados na pesquisa observacional e coleta de dados. A tabela 018/007 demonstra ainda que os importados são produtos fortes na Cesta de Consumo, ainda que a sua concentração maior seja nos finais de semana, na Praça da República.

Centro Histórico - Tabela 018/07**Ambulantes segundo o tipo de produto que comercializa**

Bens e serviços comercializados na via pública	Ambulantes	
	Qte	%
Acessórios para celular	41	2,19
Aluguel de bóia	4	0,21
Amolador de laminas - tesoura, alicate, etc.	2	0,11
Armarinho: linha, agulha, elástico, zíper, meias, miudezas e outros	22	1,18
Artesanato: cerâmica, artigos de palha e outros	32	1,71
Artigos de correspondências	3	0,16
Artigos de cera - produtos para o círio	2	0,11
Jóias, Bijuterias, relógios, michelin	80	4,28
Bolsas, capas, calçados, cintos	115	6,15
Brinquedos	21	1,12
Alimentos 01: Cachorro quente, hot dog, lanches, refeições, salgados	159	8,51
Alimentos 02: churrasco grego, comidas típicas, batata frita	54	2,89
Alimentos 03: camarão, castanha do Pará, condimentos, ervas	14	0,75
Alimentos 04: frutas, guaraná da Amazônia	74	3,96
Alimentos 05: bombons, pipocas, café, sorvete, picolés, suco natural	98	5,24
Alimentos 06: água de coco, água mineral, refrigerantes, amendoim	144	7,70
Serviços 001: Carimbos, chaveiros, cópia em máquina xerox	11	0,59
Chapéu - bonés e outros	7	0,37
Cigarro	6	0,32
Confecções	362	19,37
Serviços de Consertos: celular, relógio, sapatos	111	5,94
Discos de vinil	3	0,16
Guarda-chuva e sobrinha	6	0,32
Importados diversos	310	16,59
Jogos de azar - jogo do bicho, jogos lotéricos	20	1,07
Material escolar	2	0,11
Óculos	54	2,89
Plastificação de documentos	7	0,37
Jornais e Revistas	38	2,03
Utilidades domésticas	15	0,80
Variedades	48	2,57
Diversos: plantas ornamentais, produtos de artes, cosméticos, descartáveis	4	0,21
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico, 2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Os importados devem ser objetos de maior reflexão, considerando que os mesmos são oriundos do contrabando, e mais que isto, são na sua quase totalidade produtos piratas, e portanto, sua comercialização é uma prática ilegal, do ponto de vista das leis brasileiras.

6.19 – Dos Ambulantes Segundo a Sua Localização na Via Pública

Os dados coletados na entrevista com os 1.869 (um mil, oitocentos e sessenta e nove) ambulantes revelam que no Centro Histórico cerca de 66,0% dos mesmos dão preferência pelo comércio nas calçadas, porque segundo eles fica mais próximo do consumidor.

Esta preferência, talvez se explique pelo fato de que o sucesso do comércio ambulante está na venda por impulso, o que significa dizer que o consumidor não necessariamente saia de sua residência para realizar uma compra com ambulantes.

A literatura sobre economia informal registra que propostas do tipo, construir um camelódromo não tem grande atrativo para o ambulante, porque segundo os mesmos o simples remanejamento dos equipamentos não é suficiente para atrair o consumidor, e neste sentido a disponibilização desse tipo de infra-estrutura deveria estar associada a uma forte política de marketing local.

Centro Histórico - Tabela 019/07		
Ambulantes segundo sua localização na via pública		
Localização na via pública	Ambulantes	
	Qte	%
Na faixa de rolamento (rua)	338	18,08
Na calçada	1.240	66,35
Na praça	290	15,52
No canteiro	1	0,05
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico, 2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Em segundo plano fica a preferência pelas praças e faixas de rolamento nas vias públicas, opção de cerca de 33,0% dos ambulantes entrevistados.

6.20 – Dos Ambulantes Segundo o Faturamento Bruto e o Sexo

A pesquisa observacional e a coleta de dados no campo não foram suficientes para explicar o porquê das mulheres ambulantes apresentarem faturamento menor que os alcançados pelos homens, em especial, se considerarmos que algumas delas comercializam os mesmos tipos de produtos ofertados nas barracas de propriedade de ambulantes do sexo masculino.

Centro Histórico - Tabela 020/07

Ambulantes segundo faturamento bruto e o sexo

Faixas de renda (R\$1,00)	Masculino		Feminino		Total	
	Qte	%	Qte	%	Qte	%
até R\$300,00	213	16,68	141	23,82	354	18,94
de R\$301,00 até R\$600,00	652	51,06	266	44,93	918	49,12
de R\$601,00 até R\$1.000,00	255	19,97	113	19,09	368	19,69
R\$1.001,00 até R\$2.000,00	115	9,01	51	8,61	166	8,88
de R\$2.001,00 até R\$3.000,00	29	2,27	17	2,87	46	2,46
mais de R\$3.000,00	13	1,02	4	0,68	17	0,91
Total	1.277	100,00	592	100,00	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico, 2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

No geral, entre os ambulantes entrevistados o registro é de que cerca de 88,0% deles conseguem alcançar faturamento na faixa mensal de R\$1.000,00 (um mil reais). Por outro lado, é preciso alertar que durante a pesquisa observacional ficou visível a ansiedade, a prudência do ambulante na hora de falar sobre esse tema.

Registre-se ainda que eles não tiveram receio em revelar que sua margem de comercialização fica em torno de 30,0% a 40,0% .

Na tabela 020/07 mesmo que se possa considerar pequeno o percentual de 8,88% é importante o registro de que entre os entrevistados, 166 (cento e sessenta e seis) informam valor de faturamento na faixa entre R\$1.000,00 (um mil reais) e R\$2.000,00 (dois mil reais).

Os números sobre o faturamento devem ser analisados com cautela, considerando que não é nada desprezível a possibilidade de que os ambulantes tenham subestimado o valor de suas vendas.

6.21 – Dos Ambulantes Segundo o Faturamento Bruto e a Escolaridade

Centro Histórico - Tabela 021/07

Ambulantes segundo o faturamento bruto e a escolaridade

Escolaridade	Faixas de renda(R\$1,00)						Total
	até 300	de 301 até 600	de 6001 até 1000	de 1001 até 2000	de 2001 até 3000	mais de 3000	
Não freqüentou a escola e não sabe ler e escrever	9	8	0	1	0	0	18
Não freqüentou a escola, sabe ler e escrever	10	14	4	0	1	0	29
Ensino fundamental incompleto	186	418	144	60	14	3	825
Ensino fundamental completo	29	107	44	27	9	3	219
Ensino médio incompleto	53	171	73	27	8	3	335
Ensino médio completo	61	192	94	44	12	7	410
Ensino superior incompleto	4	5	7	6	1	1	24
Ensino superior completo	1	1	2	1	1	0	6
Pós-graduação incompleta	0	1	0	0	0	0	1
Pós-graduação completa	0	1	0	0	0	0	1
Sem resposta	1	0	0	0	0	0	1
Total	354	918	368	166	46	17	1.869

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Legenda: Desquitado equivale ao conceito de divorciado ou de separado

A partir da metodologia utilizada não foi possível perceber algo especial na leitura dos ambulantes entrevistados considerando a escolaridade e o valor do faturamento bruto alcançado pelos mesmos. Ainda assim, é importante enfatizar que é interessante a incidência de ambulantes com ensino fundamental e ensino médio que informam alcançar faturamento até R\$2.000,00 (dois mil reais). O índice equivale ao percentual de mais de 92,0% do total de entrevistados.

6.22 – Dos Ambulantes Segundo a Condição de Posse do Ponto Comercial

Os dados da tabela 022/07 demonstram que entre os ambulantes entrevistados, cerca de 85,0% se consideram proprietários do ponto onde comercializam seus produtos, mesmo quando questionados sobre o fato de que estão ocupando espaço público.

Ainda que pareça insignificante o número de ambulantes – quatro - que pagam aluguel pelo ponto usado, é de grande valia para o poder público refletir sobre tal situação, assim como, o registro de que cinco deles fez a compra dos pontos onde ofertam seus produtos.

A reflexão se deve ao fato de que segundo legislação municipal o ambulante é definido como autorizatário, portanto não está na condição de permissionário, porque não ocupa – produtivamente - um bem público.

O ambulante, se regularizado, no máximo obtém um Termo de Autorização emitido pela Secretaria Municipal de Economia e assinado pelo titular da mesma, com validade para 12 (doze) meses e devendo realizar a renovação anual obrigatória.

Centro Histórico - Tabela 022/07		
Ambulantes segundo a condição de posse/propriedade do ponto comercial		
Posse/propriedade do ponto	Ambulantes	
	Qte	%
Do entrevistado	1.584	84,75
Toma conta do ponto	276	14,77
Comprou de outro	5	0,27
Paga aluguel pelo ponto	4	0,21
Sem resposta	0	0,00
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico, 2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

6.23 – Dos Ambulantes Segundo a Condição de Posse do Equipamento

As informações obtidas junto aos ambulantes do Centro Histórico são valiosas, na medida em que demonstram a posição favorável de sua condição econômica, dado que mais de 89,0% deles são proprietários do equipamento instalado no ponto onde comercializam seus produtos.

Centro Histórico - Tabela 023/07**Ambulantes segundo a condição de posse/propriedade do equipamento**

Posse/propriedade do equipamento	Ambulantes	
	Qte	%
Equipamento é do entrevistado	1.667	89,19
Toma conta do equipamento	193	10,33
Equipamento emprestado	8	0,43
Pertence à associação	1	0,05
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico, 2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

O percentual de 89,19% revela que o negócio, mesmo sendo informal, possibilita ganho suficiente para imobilizar capital, além de dispor de capital de giro para renovação de seu estoque de produtos.

Por outro lado, parece ser interessante buscar mais informações sobre o fato de que algumas pessoas estejam tomando conta de equipamento cujo proprietário estava ausente no período da realização das entrevistas, inclusive de conhecimento da associação que congrega os ambulantes entrevistados.

6.24 – Dos Ambulantes Segundo as Dificuldades Enfrentadas

O comércio informal nas vias, logradouros e praças públicas no Centro Histórico parece ser um grande negócio, mas precisamente, porque cerca de 61,0% dos ambulantes só registram as intempéries – chuva, sol, e outros – enquanto problema crucial para o sucesso deles.

Centro Histórico - Tabela 024/07**Ambulantes segundo as dificuldades enfrentadas**

Elenco de dificuldades	Ambulantes	
	Qte	%
Intempéries: chuva, ventos, sol forte, outros	1.149	61,48
Insegurança/violência	232	12,41
Concorrência de ambulantes	174	9,31
Fiscalização	105	5,62
Discriminação da população e de lojistas	99	5,30
Concorrência de lojistas	47	2,51
Alto preço do produto adquirido	36	1,93
Dificuldade com fornecedores	21	1,12
Não tem dificuldades	4	0,21
Crise econômica	2	0,11
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico, 2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

A tabela 024/07 demonstra que para os ambulantes mesmo quando a conjuntura econômica não é favorável, os negócios caminham com certa tranquilidade, condição favorável para a multiplicação de sua riqueza econômica.

Parece ser interessante o registro de que a fiscalização pelo poder público não é considerada problema para o sucesso da economia informal, dado que somente 5,62% dos entrevistados ousam considerá-la um problema.

6.25 – Dos Ambulantes Segundo o Desejo de Voltar ao Último Trabalho

O levantamento e sistematização dos dados sobre os ambulantes no Centro Histórico demonstram que a decisão de estar na informalidade não é nada desagradável, porque cerca de 71,0% dos entrevistados registram sua intenção de não voltar ao último trabalho.

Centro Histórico - Tabela 025/07		
Ambulantes segundo o desejo de voltar ao último trabalho antes da informalidade		
Desejo de voltar ao último trabalho	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	289	15,46
Não	1.329	71,11
Sem resposta	251	13,43
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

A informalidade, nesta perspectiva, se revela uma saída de grande valia para os que praticam atividades econômicas nas vias, logradouros e praças públicas em Belém. Os ganhos obtidos pelos ambulantes devem ser atraentes, e isso deve explicar o reduzido percentual de 15,46% deles com predisposição a retornar ao trabalho anterior.

6.26 – Dos Ambulantes Segundo o Tempo que iniciou no Ponto Atual

Os dados da tabela 026/07 são interessantes porque revelam que o entrevistado iniciou sua atividade informal no ponto onde ainda se encontra, independente de já está na informalidade a mais de ano.

Dos entrevistados, cerca de 69,0% afirmam que estão no ponto onde iniciaram a prática do comércio informal nas vias e logradouros do Centro Histórico.

Considerando os registros da pesquisa observacional, recomenda-se cautela na leitura desses dados, por que em certos momentos das entrevistas, alguns dos entrevistados deixam escapar que não gostam de ficar no mesmo ponto por muito tempo.

Centro Histórico - Tabela 026/07

Ambulantes segundo o tempo que iniciou o trabalho informal no ponto atual

Início no ponto atual	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	1.294	69,23
Não	575	30,77
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

6.27 – Dos Ambulantes Segundo o Tempo de Trabalho Informal no Ponto Atual

A tabela 027/07 demonstra que é extremamente relevante a incidência de parte da população de ambulantes que já atuam a mais de 5 (cinco) anos nas vias e logradouros do Centro Histórico, e estes representam cerca de 63,0% dos entrevistados.

Centro Histórico - Tabela 027/07

Ambulantes segundo o tempo de trabalho informal no ponto atual

Tempo de trabalho no ponto atual	Ambulantes	
	Qte	%
Menos de seis meses	100	5,35
Mais de 6 meses até Um ano	119	6,37
Mais de 1 e até 3 anos	274	14,66
Mais de 3 e até 5 anos	201	10,75
Mais de 5 anos	1.175	62,87
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

O índice revela a prática do comércio informal pelos entrevistados e não é algo recente, mesmo que se leve em consideração que 5,35% dos mesmos chegaram recentemente, porque estão naquele local a menos de seis meses.

Por outro lado, cerca de 88,0% dos ambulantes entrevistados estão a pelo menos um ano praticando comércio informal no Centro Histórico.

6.28 – Dos Ambulantes Segundo a Posse de Outro Ponto

A pesquisa observacional nos pontos onde atuam os ambulantes entrevistados dava sinais de que alguns deles tinham a “posse” de mais de um ponto nas vias e logradouros públicos visitados.

Centro Histórico - Tabela 028/07		
Ambulantes segundo a posse outro ponto		
Posse de outro ponto na via pública	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	81	4,33
Não	1.776	95,02
Sem resposta	12	0,64
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

A tabela 028/07 demonstra a veracidade da assertiva acima, dado que 81 (oitenta e um) dos entrevistados não escondera “possuir” mais de um ponto comercial.

Levando-se em conta a pesquisa observacional, é recomendável cautela na leitura desses números na tabela acima, porque não é difícil acreditar que os ambulantes, durante as entrevistas, tenham sido precavidos nas respostas sobre a questão focada.

6.29 – Dos Ambulantes Segundo a Posse de Outro Ponto

Os dados na tabela 029/07 são valiosos na medida em que demonstram que entre os entrevistados que praticam o comércio informal nas vias e logradouros do Centro Histórico de Belém, mais de 50,0% já se encontram na economia informal do município há mais de 10 (dez) anos.

Por outro lado, os números deixam evidentes que mais de 93,0% dos ambulantes no Centro Histórico tem pelos menos um ano de atuação no mercado informal local.

Centro Histórico - Tabela 029/07

Ambulantes segundo o tempo de atuação na informalidade

Tempo de trabalho na informalidade	Ambulantes	
	Qte	%
Menos de 6 meses	47	2,51
Mais de 6 meses até 1 ano	79	4,23
Mais de 1 e até 3 anos	142	7,60
Mais de 3 e até 5 anos	172	9,20
Mais de 5 até 10 anos	350	18,73
Mais de 10 anos.	1.079	57,73
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Os números da tabela acima devem ser tratados com carinho e cautela quando do momento de escolha dos instrumentos de políticas públicas que irão definir as ações de ordenamento e remanejamento das atividades econômicas informais nas vias, logradouros e praças públicas em Belém.

6.30 – Dos Ambulantes Segundo a Existência de Outras Pessoas Trabalhando no Ponto Atual

Um dado relevante na pesquisa realizada com os ambulantes é o registro de que mais de 37,0% dos entrevistados informam ter alguém trabalhando com eles.

Significa dizer que parcela da população de ambulantes cria oportunidade de emprego e renda. Mais que isto, podemos inferir que o negócio informal pode apresentar excelente rentabilidade, com potencial para se tornar um negócio formal, atuando então como agente multiplicador da inclusão social no município.

Ainda que 62,23 % dos ambulantes digam que não tem outras pessoas trabalhando no ponto atual, é importante para o poder público dar atenção especial ao segmento que gera

ocupação, porque sinaliza expectativa favorável quando o caminho é via da formalização para promover a inclusão social.

Centro Histórico - Tabela 030/07

Ambulantes segundo a Existência de outras pessoas trabalhando no ponto atual

Existência de outras pessoas	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	703	37,61
Não	1.163	62,23
Sem resposta	3	0,16
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

6.31 – Dos Ambulantes Segundo a Posse de Carteira de Manipulação de Alimentos

Se considerarmos que na tabela relativa ao rol de produtos comercializados o segmento de alimentos ocupa posição de destaque, a posse da carteira de manipulação de alimentos é uma condição imperativa para o ambulante.

A tabela 031/07, neste sentido, é interessante porque demonstra que parte dos ambulantes entrevistados já possui a referida carteira, ainda que 75,01% dos mesmos não disponham da mesma.

O índice elevado deve ser lido com cautela, porque parte dos que disseram não, comercializam produtos que não são alimentos, e portanto, não têm necessidade de tirar a carteira de manipulação de alimentos.

Centro Histórico - Tabela 031/07

Ambulantes segundo a posse de carteira de manipulação de alimentos

Posse da carteira	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	150	8,03
Não	1.402	75,01
Sem resposta	317	16,96
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

6.32 – Dos Ambulantes Segundo a Existência de Outra Atividade Remunerada

A intenção ao construir essa tabela foi de obter um índice capaz de registrar se os ambulantes são, efetivamente, profissionais do mercado informal, ou se a informalidade é só mais uma fonte de renda para a família.

Centro Histórico - Tabela 032/07

Ambulantes segundo existência de outra atividade remunerada

Outra atividade remunerada	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	134	7,17
Não	1.735	92,83
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Na tabela 032/07 é extremamente significativo o percentual de 92,83% dos entrevistados que afirma, categoricamente, não exercer outra atividade além do comércio informal nas vias e logradouros do Centro Histórico de Belém.

Ainda que muito pequeno o percentual de 7,17% de ambulantes que tem outra atividade remunerada, vale a pena ser cuidadoso na hora de implementar as ações de ordenamento e remanejamento dos equipamentos instalados nas vias e logradouros públicos de Belém.

6.33 – Dos Ambulantes Segundo a Participação em Programas de Governo

Na medida em que o segmento informal concentra parcela significativa da população expulsa do mercado de trabalho formal, significa que existe a possibilidade de que alguns dos ambulantes entrevistados estejam sendo beneficiados com programas sociais do governo.

A tabela comprova essa possibilidade, e revela que 219 (duzentos e dezenove) ambulantes – cerca de 12,0% dos entrevistados – informam receber benefícios dos programas sociais do governo, sinalizando, a priori, serem trabalhadores informais em condição de exclusão social.

A leitura desses dados deve ser feita de forma cautelosa, considerando a necessidade de comprovação de que esses ambulantes sejam merecedores – dado o elenco de critérios de seleção adotados pelos programas sociais – dos benefícios sociais de que trata (m) o (s) programa (s) que lhes beneficia (m).

Centro Histórico - Tabela 033/07

Ambulantes segundo a participação em programas de governo (Federal, Estadual, Municipal)

Participação em programas de governo	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	219	11,72
Não	1.649	88,23
Sem resposta	1	0,05
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

6.34 – Dos Ambulantes Segundo a Oportunidade de Uma Nova Profissão Para Sair da Informalidade

Diante da predisposição do poder público em construir caminhos para reduzir o peso da informalidade na base econômica local, os dados da tabela 034/07 devem ser lidos com carinho especial, considerando que 50,83% da população de ambulantes entrevistados sinalizam com a possibilidade de sair da informalidade.

Centro Histórico - Tabela 034/07

Ambulantes segundo a oportunidade de uma nova profissão para sair da informalidade

Nova profissão para sair da informalidade	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	950	50,83
Não	917	49,06
Sem resposta	2	0,11
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

O número de ambulantes que não está predisposto a sair da informalidade é elevado, e portanto, se recomenda seja tratado com cautela diante da necessidade talvez de um trabalho educativo na condução do processo de ordenamento e remanejamento das atividades econômicas informais nas vias e logradouros públicos no município de Belém.

6.35 – Dos Ambulantes Segundo a Oportunidade de Ser Um Micro Empresário

Se considerarmos a tabela na qual parcela significativa dos ambulantes sinaliza com a possibilidade de sair da informalidade, os números da tabela 0035/07 devem ser usados como referência na escolha dos instrumentos de políticas públicas, precisamente porque cerca de 83,0% dos entrevistados na pesquisa estão com a predisposição de se tornarem empreendedores, mais precisamente, ser um microempresário.

Centro Histórico - Tabela 035/07

Ambulantes segundo a oportunidade de ser um micro empresário

Ser um micro empresário (formal)	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	1.547	82,77
Não	320	17,12
Sem resposta	2	0,11
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Este caminho é uma das alternativas que o poder público pode analisar enquanto possibilidade de pensar a formalização enquanto meio para inclusão social de trabalhadores informais.

6.36 – Dos Ambulantes Segundo o Interesse de Participar de Programas de Treinamentos

A população dos ambulantes que atuam no Centro Histórico de Belém não esconde o desejo e a intenção de passar por programas de treinamentos, pela necessidade mesmo de requalificação profissional, seja para se encaminhar em direção ao empreendedorismo, seja decisão de tentar a reintegração no mercado de trabalho formal.

Centro Histórico - Tabela 036/07		
Ambulantes segundo o interesse de participar de treinamentos		
Interesse em participar de treinamentos	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	1.008	53,93
Não	851	45,53
Sem resposta	10	0,54
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Os ambulantes interessados nos programas de treinamentos correspondem a 53,93% dos entrevistados na pesquisa. Seria recomendável que o poder público pense na possibilidade de um programa educativo no sentido de atrair os 45,53% dos ambulantes que não se interessam por programas de treinamento.

6.37 – Dos Ambulantes Segundo Sua Participação em Treinamentos Ofertados

Conjugando os dados da tabela anterior com a tabela abaixo dá para inferir que existe uma parcela da população de ambulantes que podemos trabalhar no sentido de atraí-la para os programas de treinamentos, considerando que cerca de 86,0% dos mesmos ainda não fizeram treinamentos.

A tabela 037/07 revela que é pouco representativo o percentual de ambulantes que passaram pelos programas de treinamentos ofertados pelo poder público, mas ainda assim, é um bom sinal do interesse deles.

Centro Histórico - Tabela 037/07		
Ambulantes segundo a participação em treinamentos ofertados		
Participação em treinamentos	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	251	13,43
Não	1.609	86,09
Sem resposta	9	0,48
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

6.38 – Dos Ambulantes Segundo a Tomada de Empréstimo nos Últimos 12 Meses

Na medida em que tabelas anteriores revelam a disposição de parcela significativa dos trabalhadores informais em se tornarem micro empresários, a tabela deve ser lida no sentido de avaliar, mensurar os resultados da pesquisa, com o propósito de enxergar a disposição de fazer uso das linhas de créditos disponibilizadas pelo sistema financeiro do país enquanto estratégia de captação de recursos direcionados para o fortalecimento do negócio, mesmo que informal.

Centro Histórico - Tabela 038/07		
Ambulantes segundo a tomada de empréstimo nos últimos 12 meses		
Tomou empréstimos	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	249	13,32
Não	1.617	86,52
Sem resposta	3	0,16
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Os dados na tabela 038/07 demonstram que é pouco representativo o número de ambulantes que realizaram empréstimos nos últimos doze meses. Significa dizer que o poder público deve pensar em programas educativos no sentido de esclarecer e dar

visibilidade do papel do crédito enquanto instrumento de financiamento de projetos econômicos, condição que pode induzir o trabalhador informal a caminhar em direção ao empreendedorismo formal.

6.39 – Dos Ambulantes Segundo a Origem do Empréstimo Realizado

A tabela revela que entre as alternativas de fontes de financiamento usadas pelos ambulantes que pediram empréstimos, o destaque fica por conta da oferta de crédito pelos Bancos Privados, provavelmente crédito pessoal.

Por outro lado, o Fundo Ver-O-Sol de gestão da Prefeitura Municipal de Belém ocupa o segundo lugar na lista das opções utilizadas por 76 (setenta e seis) dos ambulantes que pediram empréstimos. Significa que o Fundo Ver-O-Sol atendeu a 31,28% do total de 243 (duzentos e quarenta e três) ambulantes que nos últimos doze meses realizaram operações de empréstimos.

Centro Histórico - Tabela 039/07		
Ambulantes segundo a origem do empréstimo		
Origem do empréstimo	Ambulantes	
	Qte	%
Fundo Ver-o-Sol(1)	76	4,07
Banco Cidadão	19	1,02
Banco Público (2)	50	2,68
Pessoa física (3)	10	0,54
Banco Privado(4)	88	4,71
Não fez empréstimo	1.626	87,00
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Legenda:	01 - Fundo Ver-O-Sol: antigo Banco do Povo da PMB
	02 - Banco Público: bancos oficiais, crédito pessoal
	03 - Pessoa física: amigo, conhecido, agiota]
	04 - Banco Privado: crédito pessoal

Obs.01: Um total de 243 ambulantes fizeram operações de empréstimos

6.40 – Dos Ambulantes Segundo a Finalidade do Empréstimo Obtido

Os recursos oriundos dos empréstimos realizados foram na sua maioria destinados a formação e/ou ampliação do estoque, isto é, formar estoque para atender a demanda de consumo do mercado local. Neste sentido 40,74 % dos ambulantes optaram por capital de giro, talvez pela necessidade mais imediata de formar estoque no almoxarifado.

Por outro lado, somente 19,34% dos ambulantes beneficiados com os empréstimos dedicaram parte dos recursos para a melhoria das instalações de seu negócio.

Centro Histórico - Tabela 040/07		
Ambulantes segundo a finalidade do empréstimo obtido		
Finalidade do empréstimo	Ambulantes	
	Qte	%
Aquisição do ponto ou local	15	0,80
Ampliação e Melhoria das instalações	47	2,51
Aquisição de máquinas e equipamentos	22	1,18
Aquisição de veículos	0	0,00
Formação de capital de giro	60	3,21
Formação e/ou ampliação de estoque	99	5,30
Não fez empréstimo	1.626	87,00
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Legenda:	01 - Fundo Ver-O-Sol: antigo Banco do Povo da PMB
	02 - Banco Público: bancos oficiais, crédito pessoal
	03 - Pessoa física: amigo, conhecido, agiota]
	04 - Banco Privado: crédito pessoal

Obs.01: Um total de 243 ambulantes fez operações de empréstimos

Este pode ser um dos focos de atuação da Prefeitura Municipal de Belém, se considerarmos a força do Fundo Ver-O-Sol enquanto agente financeiro do empreendedorismo local e que naturalmente pode oportunizar o potencial empreendedor da população de trabalhadores informais.

6.41 – Dos Ambulantes Segundo a Intenção de Tomar Empréstimo nos Próximos 12 Meses

A tabela revela no levantamento de dados sociais e econômicos sobre a população de ambulantes que atua no Centro Histórico de Belém, que 983 (novecentos e oitenta e três) entrevistados estão interessados em obtenção de empréstimos nos próximos doze meses, representando 52,59 % do total do universo da pesquisa.

O índice é um indicador que deve ser avaliado pelo Fundo Ver-O-Sol, considerando o compromisso do poder público municipal com a construção de caminhos para a inclusão social pela via da formalização do trabalhador informal, ainda que seja só um olhar linear sobre a informalidade do trabalho e renda.

Importante ter cautela, porque talvez a intenção de obter financiamento seja por interesse na solução de problemas pessoais, e não no sentido do empreendedorismo.

Centro Histórico - Tabela 041/07		
Ambulantes segundo a intenção de tomar empréstimo nos próximos 12 meses		
Intenção de tomar empréstimo	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	983	52,59
Não	880	47,08
Sem resposta	6	0,32
Total	1.869	100,00
Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB		

Mesmo sendo relevante o percentual dos que pensam realizar empréstimos, não é desprezível o número de 880 (oitocentos e oitenta) ambulantes que demonstram pouco ou quase nenhum interesse em empréstimo enquanto recurso para a melhoria de sua atividade econômica, ainda que esteja na informalidade.

6.42 – Dos Ambulantes Segundo as Dificuldades de Acesso ao Crédito

A tabela 042/07 revela que os ambulantes interessados – cerca de 24,0% dos entrevistados - em financiamento para seus negócios consideram a taxa elevada dos juros como um dos fatores negativos para se decidir tomar empréstimos no mercado local.

Centro Histórico - Tabela 042/07

Ambulantes segundo as dificuldades de acesso ao crédito

Dificuldades para acesso ao crédito	Ambulantes	
	Qte	%
Juros elevados	453	24,24
Garantias reais	170	9,10
Exigência de movimento de conta corrente	136	7,28
Desconhecimento de linhas de créditos existentes	28	1,50
Dificuldade por está no mercado informal	438	23,43
Não tem dificuldades	171	9,15
Não sabe quais são as dificuldades	339	18,14
Tem restrições de crédito(1)	113	6,05
Sem resposta	21	1,12
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Obs. 01: restrições junto a SERASA, SPC e outros.

Os ambulantes ainda levantam a tese de que está no mercado informal – 23,43% dos entrevistados - é condição extremamente desfavorável quando se busca a agência de financiamento de projetos econômicos, talvez porque a informalidade lhes tira a credibilidade nos órgãos oficiais.

Está na informalidade, em última instância, significa não existir para a contabilidade social do país, portanto não é personalidade jurídica para os agentes financeiros públicos e privados, logo incapaz de dar garantias ao agente financeiro local.

6.43 – Dos Ambulantes Segundo o Melhor Período de Vendas

Na Metrópole da Amazônia o calendário de datas festivas revela uma diversidade de períodos com ofertas turísticas, condição positiva para a prática do comércio informal nas vias e logradouros da cidade.

Os ambulantes entrevistados elegeram o período natalino como a data festiva de maior atração de consumidor, para a explosão dos gastos de consumo das famílias.

Ainda em relação a eleição das datas festivas, o Círio de Nazaré ocupada o segundo lugar na opinião dos ambulantes enquanto fator determinante para o comércio informal nas vias e logradouros públicos da cidade de Belém.

Centro Histórico - Tabela 043/07

Ambulantes segundo o melhor período de vendas		
Períodos de melhores negócios	Ambulantes	
	Qte	%
Carnaval	12	0,64
Dia das Mães	10	0,54
Dia dos Namorados	7	0,37
Férias de julho	41	2,19
Dia das Crianças	11	0,59
Círio de Nazaré	284	15,20
Natal	1.472	78,76
Festa junina	5	0,27
Indiferente o período	18	0,96
Festival Cultura de Verão	4	0,21
Orgulho Gay em setembro	0	0,00
Outros	5	0,27
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

6.44 – Dos Ambulantes Segundo a Origem dos Fornecedores de Produtos

A tabela 044/07 deve ser objeto de muita atenção, precisamente porque registra a informação de que parte dos ambulantes revende para alguns lojistas de Belém. O percentual de 1,61% que sinaliza o caminho da informalidade é uma estratégia para a sonegação de tributos, condição que se torna fator negativo para a melhoria da base econômica local, assim como é uma sangria na arrecadação fiscal.

É interessante observar que 63,62% dos ambulantes do Centro Histórico adquirem produtos de distribuidores e lojas instaladas na cidade das mangueiras, assim como, somente 14,39% é produção do próprio ambulante. Entre os distribuidores locais, é possível encontrar os que abastecem com produtos importados, em geral, oriundos da pirataria.

Centro Histórico - Tabela 044/07		
Ambulantes segundo a origem dos fornecedores de produtos		
Fornecedores dos produtos	Ambulantes	
	Qte	%
Fabricação própria	269	14,39
Distribuidores de produtos em Belém	667	35,69
Lojas em Belém	522	27,93
Revende para lojista de Belém	30	1,61
Compra de Pessoa física em Belém	291	15,57
Compra de outro ambulante	85	4,55
Sem resposta	5	0,27
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

A tabela não esconde a relação, de certa forma harmônica, entre o setor informal e a economia formal, ainda que contraditoriamente ocorra uma troca de valores desiguais entre os dois setores.

6.45 – Dos Ambulantes Segundo a Filiação em Organização de Classe

O diferencial da economia informal, neste momento histórico, é a capacidade de organização dos trabalhadores informais, e a pesquisa revela isso através da tabela 045/07, dado que 57,09% integram a Associação de Ambulantes do Centro Comercial. Essa organização disponibilizou a sua sede enquanto ponto de apoio logístico para a realização da pesquisa de campo.

A pesquisa observacional possibilitou enxergar que os ambulantes estão divididos entre a associação e o sindicato dos trabalhadores informais. E isso pode ser visto como um fator de fragilização da capacidade de organização dos mesmos. E neste sentido não é desprezível o percentual de 42,91 % dos ambulantes que disseram não quanto a sua participação em organizações de classe.

Centro Histórico - Tabela 045/07		
Ambulantes segundo filiação em organizações de classe		
Filiação em organizações de classe	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	1.067	57,09
Não	802	42,91
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

6.46 – Dos Ambulantes Segundo a Rotina de Trabalho

Os dados coletados juntos aos trabalhadores informais que atuam no Centro Histórico de Belém revelam na tabela 046/07 que na sua grande maioria os ambulantes estão diariamente nas vias e logradouros públicos praticando o comércio informal, sendo que estes representam 71,75 % da população de entrevistados. Esse dado é mais um dos indicadores que devem ser observados com atenção especial, porque sinaliza a necessidade de trabalharem todos os dias enquanto forma de garantir o sustento da família.

Portanto esse dado é relevante quando da ação de ordenamento e remanejamento de atividades informais nas vias e logradouros da Metrópole da Amazônia.

Centro Histórico - Tabela 046/07		
Ambulantes segundo a rotina de trabalho		
Rotina de trabalho	Ambulantes	
	Qte	%
Todos os dias da semana	1.341	71,75
Só durante os dias úteis da semana	520	27,82
Só final de semana	3	0,16
Só em dias festivos (datas especiais)	2	0,11
Sem resposta	3	0,16
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Um total de 520 (quinhentos e vinte) ambulantes somente atua nos dias úteis da semana, e representam 27,82% dos entrevistados na pesquisa.

6.47 – Dos Ambulantes Segundo o Horário de Trabalho nas Vias Públicas

Entre as diversas possibilidades de turnos de trabalho, o horário de 8 às 18 horas é que concentra a opção da quase totalidade dos ambulantes que atuam no Centro Histórico, isto é, são 1.416 (um mil, quatrocentos e dezesseis) trabalhadores informais – cerca de 76,0%

dos entrevistados – que preferem está nas vias e logradouros públicos realizando o comércio informal no sentido de garantir o sustento da família.

Centro Histórico - Tabela 047/07		
Ambulantes segundo o horário de trabalho		
Horário de trabalho	Ambulantes	
	Qte	%
de 7 às 20 horas	143	7,65
de 8 às 18 horas	1.416	75,76
de 8 às 19 horas	188	10,06
de 8 às 22 horas	32	1,71
de 9 às 20 horas	20	1,07
de 9 às 22 horas	13	0,70
diversos	30	1,61
sd	27	1,44
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

Legenda: sd = sem dados

6.48 – Dos Ambulantes Segundo o Que Pensam Sobre a Temporalidade no Comércio Ambulante

Para os trabalhadores informais entrevistados, o comércio ambulante – comércio informal nas vias, logradouros e praças públicas – é só uma atividade temporária para 42,59% dos que atuam no Centro Histórico de Belém.

Centro Histórico - Tabela 048/07		
Ambulantes segundo o conceito de temporalidade do comércio ambulante		
Atividade temporária	Ambulantes	
	Qte	%
Sim	796	42,59
Não	1.073	57,41
Total	1.869	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, Centro Histórico-2006/2007, NUSP/DCPV/SECON/PMB

O fato de que 57,41% da população dos entrevistados não considera o comércio ambulante uma atividade temporária é relevante porque sinaliza uma presença sistemática de indivíduos sociais atuando nas vias e logradouros públicos da cidade. Significa que isto se torna um complicador para as ações de ordenamento e remanejamento das atividades

informais na cidade de Belém, precisamente porque pode ser objeto de manipulação política em detrimento de melhor ocupação e uso dos espaços públicos no município.

07 – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, antes de tudo, é um marco histórico na história da Secretaria Municipal de Economia porque viabiliza o objetivo de formatar e disponibilizar uma base de dados sobre a realidade da população de trabalhadores que praticam o comércio informal nas vias, logradouros e praças públicas no município de Belém.

No momento o foco do trabalho é a organização e sistematização de informações relativas a população de ambulantes que atuam no Centro Histórico de Belém.

De um lado a pesquisa observacional possibilitou o conhecimento de particularidades próprias do comércio informal no Centro Histórico, como o caso específico de indivíduos que usam de seu talento para atrair consumidores para determinadas barracas. Esse indivíduo tem um acordo de cavalheiro com o proprietário da barraca que lhe paga uma comissão – os dois se negaram a revelar o percentual – por cada cliente que fizer chegar à barraca para quem prestar o serviço.

Ainda com o recurso da pesquisa observacional foi possível descobrir que em alguns trechos da Av. Santo Antonio, ambulantes com barracas – instaladas sem autorização – em pontos estratégicos da via pública, fecham **"acordo verbal"** com novos ambulantes para que estes usem tabuleiros na frente de seu equipamento e possa comercializar produtos.

O **"acordo verbal"** implica na cobrança de uma taxa cujo valor depende de como está o movimento de consumidores na via pública. Alguns deles deixaram escapar que em certos momentos já pagaram de R\$5,00 (cinco reais) a R\$10,00 (dez reais) para que o tabuleiro possa ser instalado.

No período da pesquisa de campo ficou registrado a ausência de fiscais da Secretaria Municipal de Economia no controle da ocupação dos espaços nas vias do Centro Comercial da Cidade.

Outro aspecto interessante do trabalho de campo foi a descoberta de que em determinados setores do comércio informal, é forte a migração de ambulantes de um ponto para outro, ainda que dentro do espaço que compreende o Centro Histórico, sendo que essa migração tem como base a maior ou a menor concentração de pessoas ao longo da Av. João Alfredo.

Ainda no início da pesquisa de campo ficou registrado que em alguns pontos das principais vias do Centro Histórico, ocorre o rodízio da população de ambulantes. Neste sentido os trabalhadores informais do turno da manhã não necessariamente são os mesmos do turno vespertino, assim como o mesmo fato ocorre com os ambulantes do turno noturno.

A diversidade de cruzamento de variáveis revela o intento de capturar o maior número de caracteres da população de ambulantes que diária e sistematicamente estão no Centro Histórico de Belém, e nesta direção é possível afirmar que:

- 01 – Existe uma parcela de trabalhadores informais com mais de dez anos atuando no mercado informal;
- 02 – Existe um grupo de ambulantes que enquanto empreendedores geram emprego e renda no mercado informal;
- 03 – Existe um grupo de ambulantes que alugam barracas para outros ambulantes;
- 04 – Existe um movimento organizado da associação de ambulantes no sentido de ter o controle da distribuição e ocupação dos espaços nas principais vias do Centro Comercial;
- 05 – Existe um sentimento entre eles de que a informalidade não está sob o controle do poder público;
- 06 – É falsa a assertiva de que os ambulantes sejam oriundos, em sua maioria, dos estados vizinhos do nordeste brasileiro;
- 07 – Já é significativo o percentual de mulheres que estão nas ruas competindo com o homem no mercado informal;

08 – A população de ambulantes no Centro Comercial é relativamente jovem, dado que é relevante a incidência de indivíduos na faixa etária entre 21 e 50 anos de idade;

09 – É elevado o percentual de ambulantes com o estado civil de casado e/ou vivendo com um (a) companheiro (a);

10 – O trabalho informal possibilita uma condição de rendimentos capaz de proporcionar ao ambulante a condição de ser proprietário de seu imóvel residencial;

11 - É preciso uma leitura cuidadosa sobre o elevado índice de trabalhadores informais no centro comercial com escolaridade abaixo do ensino médio;

12 – É relevante a concentração de ambulantes no centro comercial que ocupa a posição de chefe de domicílio;

13 – É relevante o fato de que na sua quase maioria, o ambulante tem pelo menos um filho;

14 – É relevante o registro de que a maioria dos ambulantes tem rendimento acima de um salário mínimo;

15 – Na sua maioria os ambulantes são uma população de trabalhadores que antes não tinham carteira de trabalho assinado;

16 – Do total da população de ambulantes no centro comercial é menor o percentual de trabalhadores informais que vieram da iniciativa privada e/ou do setor público, portanto eram assalariados do mercado formal;

17 – Na sua maioria, os ambulantes consideram-se proprietários do espaço público que ocupam na via pública de Belém;

18 – Na sua quase totalidade, os ambulantes desembolsam capital e adquirem o seu equipamento de trabalho para instalar na via pública;

19 – Na sua maioria, os ambulantes não consideram a fiscalização do poder público um obstáculo determinante para a sua atividade na via pública;

- 20 – Na sua maioria, os ambulantes entrevistados já estão a muito tempo no ponto atual instalado no centro comercial;
- 21 – Na sua maioria, os ambulantes do centro comercial já estão a mais de um ano no ponto atual;
- 22 – Na sua quase totalidade, os ambulantes não atuam em outra atividade;
- 23 – Na sua maioria, os ambulantes não recebem benefícios de programas sociais do governo;
- 24 – Na sua quase totalidade, os ambulantes não revelam receio em se tornarem microempresários do mercado formal;
- 25 – É proporcional o número que desejam e o que não desejam participar de programas de treinamentos ofertados pelo governo;
- 26 – É muito elevado o índice de ambulantes que nunca participaram de treinamentos ofertados pelo governo;
- 27 – É muito baixo o índice de ambulantes que realizaram empréstimos;
- 28 – A maioria dos ambulantes que realizaram empréstimos optou pelas linhas de créditos ofertadas por agentes financeiros do setor público;
- 29 – Na sua maioria, os ambulantes consideram a taxa de juros o fator determinante na decisão de pedir um empréstimo;
- 30 – É pouco, muito pouco o peso dos produtos comercializados pelos ambulantes e que sejam de sua própria fabricação;
- 31 – Existe uma relação de proporcionalidade entre os que desejam e os que não desejam participar de organizações de classes; e finalmente,
- 32 – Na sua maioria, os ambulantes trabalham de 8 às 18 horas diariamente.

A pesquisa, definitivamente, revela que a explosão da economia informal nos grandes centros urbanos do país não pode ser vista – simplesmente – como resultado do crescimento demográfico.

Os indicadores demonstram – com precisão – que a expansão e o fortalecimento da economia informal urbana é fruto de um modelo econômico que impõe ao Estado a obrigatoriedade de fazer uso de instrumentos de política econômica cujo foco é a criação das condições objetivas para o crescimento e consolidação do capital, e concomitante revela a decisão política de se por de lado a busca de caminhos para uma reflexão sobre a dívida social junto a população de baixa renda do país.

Enfim a economia informal se mostra interessante dado que é a alternativa concreta para que parcela da população residente nos grandes centros urbanos possa atender as suas demandas de consumo pessoal, isto é, garantir a subsistência e reprodução familiar.

BIBLIOGRAFIA

- 01 – ÂNGULO, J.L. Feira e Desenvolvimento Local: Caso de Turmalina, MG, UFLA, Dissertação de Mestrado, Vale do Jequitinhonha, 2002.
- 02 - IBGE. A Economia Informal Urbana no Brasil, Relatório de Pesquisa, Rio de Janeiro, 2003.
- 03 – IBGE. Censo Demográfico, 2001, Rio de Janeiro, 2004.
- 04 – IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, PNAD, Rio de Janeiro, 2003.
- 05 - IBGE. Economia Informa Urbana, Relatório da Diretoria de Pesquisa, Rio de Janeiro, 2005, <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=283545>, acesso em 02.10.2007.
- 06 – NEUMANN, Kendra. Feira Livre no Largo da Alfândega, UFSC, Mimeo, Florianópolis, 2004.
- 07 – RIBEIRO, E.M et al. Feira e Trabalho Rural: Um Estudo de Caso em Turmalina. UNIMONTES, Científica, V.5. No. 1, Jan/Jun, 2003.
- 08 – RIBEIRO, E.M. et al. A Feira Livre de Minas Novas: Abastecimento Urbano, consumo e renda para a agricultura familiar, Relatório de Pesquisa, UNIMONTES, 2004.
- 09 – SOUSA, José Stênio & Outros. Perfil dos Ambulantes no Comércio Informal de Belém, Mimeo, Universidade da Amazônia, SIEGEP, Belém, 2001.
- 10 – SOUSA, José Stênio & Outros. Perfil do Feirante no Sistema de Abastecimento Alimentar de Belém, Mimeo, Universidade, SIEGEP, Belém, 2001.
- 11 – SOUSA, José Stênio & Outros. Perfil do Empreendedor que Pratica o Comércio em Carro de Cachorro Quente em Belém, Mimeo, Universidade da Amazônia, SIEGEP, Belém, 2001.
- 12 – SOUSA, José Stênio & Outros. Perfil das Feiras Livres no Sistema de Abastecimento Alimentar de Belém, Mimeo, Universidade da Amazônia, SIEGEP, Belém, 2001.
- 13 – SOUSA, José Stênio & Outros. Perfil do Desemprego no Mercado de Trabalho de Belém, Mimeo, Universidade da Amazônia, SIEGEP, Belém, 2001.
- 14 – SOUSA, José Stênio & Outros. Perfil do Comércio de Açaí em Belém, Mimeo, Universidade da Amazônia, SIEGEP, Belém, 2001.